

CONVERGENCIA

ISSN 0010-81

NOVEMBRO • 1999 • ANO XXXIV • Nº 327



- ✓ ENTRE O DESAFIO DO DIÁLOGO
E A VOCAÇÃO DO ANÚNCIO
- ✓ O LEIGO NA IGREJA
- ✓ OS JOVENS, VINHO NOVO E ODRES NOVOS
- ✓ O ADVENTO E A PESSOA DE MARIA
- ✓ DEUS PAI NA BÍBLIA

SUMÁRIO

Editorial	513
Palavra do Papa	516
Informe CRB	518
Artigos	520
Entre o Desafio do Diálogo e a Vocação do Anúncio	520
<i>Faustino Teixeira</i>	
O Leigo na Igreja: Batizado e Filho Dileto do Pai	530
<i>Maria Clara Lucchetti Bingemer</i>	
Os Jovens, Vinho Novo e Odras Novos, para uma Vida Consagrada Refundada	541
<i>Pe. José M. Arnaiz, SM</i>	
O Advento e a Pessoa de Maria	552
<i>Irmã Lina Boff, SMR</i>	
Deus Pai na Bíblia	569
<i>Pe. Luís I. J. Stadelmann, SJ</i>	

A ilustração da capa da Convergência é uma cópia do painel da XVIII Assembléia Geral Ordinária da CRB (1998), do autor Anderson S. Perelra, MSC. O painel chama a atenção para a importância da temática central da AGO — Novo Milênio e Refundação da Vida Religiosa.

ASSINATURA PARA 1999:

BRASIL: Terrestre ou aérea	R\$ 65,00
Número avulso (Brasil)	R\$ 6,50
EXTERIOR: Terrestre ou aérea	US\$ 85,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

convergência

Revista Mensal da

Conferência dos Religiosos do Brasil: CRB

ISSN 0010-8162

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitória, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

Tel.: (0**21) 240-7299

e-mail: crb006@ibm.net

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP

Tel.: (0**11) 6914-1922

e-mail: loyola@ibm.net

Evangelizar: Razão de Ser da Igreja

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ

A Igreja chega ao fim de mais um milênio preocupada com aquilo que constitui a sua "razão de ser": a evangelização. Vários documentos do Magistério se ocuparam do tema ao longo dessas últimas décadas, inspirando-se, em grande parte, no Vaticano II e na *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI. Na perspectiva do evento histórico do Jubileu 2000, João Paulo II lançou como desafio às Igrejas particulares a proposta de uma *nova evangelização*.

O acelerado processo de transformações que caracteriza o momento atual tornam esse desafio mais urgente e mais complexo para a missão evangelizadora das Igrejas. Nessa encruzilhada histórica, num mundo sacudido por crises sociais e éticas sem precedentes, acossado por incertezas e perplexidades, a Igreja volta seu olhar contemplativo de discípula, para Jesus, o enviado do Pai, o primeiro evangelizador (EN 7), aquele que anuncia a chegada do Reino de Deus, aquele que revela o rosto misericordioso do Pai e congrega os filhos dispersos no banquete da Vida.

Com Jesus a comunidade eclesial reaprende continuamente a ser missionária em cada época e em cada situação da história. Olhando-se no espelho do Mestre ela entende que ser evangelizadora é partir da vida e do cotidiano das pessoas; é entrar no complexo mundo das suas "alegrias e esperanças, das suas tristezas e angústias" (GS 1), para chegar com elas a ver o Reino de Deus como Deus o vê, e a atuar como Deus atua. Nesse encontro contemplativo com o Mestre, a Igreja discípula aprende, assim, a ser testemunha fiel de Jesus e de sua mensagem, continuadora de uma missão da qual ela não é proprietária e da qual não pode pretender o monopólio. Aprende que, nas pegadas do Mestre, a semente do Reino tem que ser incansavelmente lançada mais além de todas as fronteiras: de gênero, raça, cultura, classe, idade, denominação religiosa, sexo. Com Jesus, aprende a estar entre os pobres e os pequenos, a conversar com os que são excluídos e negados; aprende a semear e a colher (Mc 4,1-9); a buscar o que estava perdido (Lc 15,1-32); a abraçar o filho pródigo (Lc 15,11-32); a ver crescer a sementinha quase imperceptível (Mc 4,30-32); a dar a vida pelas ovelhas (Jo 10,11). Aprende que nenhuma esfera da vida fica fora do Reino: o político, o social, o cultural, o econô-

mico, o eclesial e o teológico: Todos estão relacionados e interligados como nas parábolas do rico e do pobre Lázaro (Lc 16,19-31); dos ricos néscios (Lc 12,16-21), do grande banquete (Mt 22,1-14) da viúva e o juiz (Lc 18,1-8).

Aprende, sobretudo, que seguir Jesus e levar adiante sua missão supõe estar sempre a caminho, sempre despojada, sempre em vias de conversão, sempre capaz de amar, acolher e perdoar, de ser solidária e construtora da paz.

Essa contemplação de Jesus evangelizador iluminou as reflexões do COMLA VI, acontecido recentemente na Argentina. A Igreja da América Latina reunida nesse importante evento missionário reafirmou sua convicção de que seguir Jesus é evangelizar e que evangelizar supõe identificação com a causa do Mestre que é o Reino de Deus, superando fronteiras, abrindo espaços, ocupando novos areópagos, mesmo que isso signifique confirmar o discurso e as práticas evangelizadoras com a experiência de “perder a vida”, à semelhança do grão de trigo, que morre para ser fecundo. Reafirmou também sua convicção de que “toda a Igreja é missionária; que a obra da evangelização é um dever fundamental do Povo de Deus” (AG 35; EN 59); que essa responsabilidade comum pelo anúncio do Evangelho permite falar de “Igreja toda ministerial”, de “co-responsabilidade diferenciada”, de “responsabilidades apostólicas compartilhadas”, de “comunidade enviada em serviço”, de “comunhão e participação”, de “protagonismo dos leigos”.

Como povo de Deus e discípula de Jesus, a Vida Religiosa se vê hoje seriamente desafiada pelas urgências da missão no mundo contemporâneo. Sua “paixão” pelo Mestre a faz viver a “paixão” pelo Reino com suas exigências de conversão, de justiça, de solidariedade, de vida para todos. Nas pegadas do Mestre, ela trata de testemunhar, com a vida e a palavra, que entre o evangelho e a vida concreta, pessoal e social dos homens, entre evangelização e promoção humana — desenvolvimento, libertação — existe uma interpelação recíproca iniludível, e que nada disso é alheio ao Evangelho (EN 30-31).

Convergência deste mês de novembro oferece às comunidades um rico material de reflexão, particularmente apto a fazê-las crescer na consciência de sua vocação de seguidoras e discípulas de Jesus, de evangelizadoras comprometidas com a mesma causa do Mestre: o anúncio da Boa Nova do Reino a homens e mulheres do nosso tempo, sem exclusão de nenhum signo.

O artigo do professor Faustino Teixeira, — *“Entre o desafio do diálogo e a vocação do anúncio”* — trata com exímia competência um dos temas mais candentes hoje no panorama religioso mundial, e de particular interesse na perspectiva da nova evangelização. O tema apresenta uma peculiar relevância para as Igrejas cristãs, empenhadas em prosseguir a missão do Mestre. No dizer do autor, cresce hoje em dia a percepção de que a mensagem do cristianismo deve ser oferecida como dom e sempre acompanhada de um testemunho límpido e profundo de fidelidade ao Deus da Vida. “Missão não significa: ‘obriga a entrar’, mas é o convite para o futuro de Deus e a esperança de uma criação renovada”.

Maria Clara Luchetti Bingemer, no seu artigo: — *“O leigo na Igreja: batizado e filho dileto do Pai”* — trata com grande pertinência e riqueza de documentação a

importante questão do papel e da missão do leigo na Igreja. Tanto pela riqueza de conteúdo como pelo enfoque, o artigo tem enorme atualidade, é interessante e questionador. Ajuda a situar a questão numa perspectiva profundamente cristã e, ao mesmo tempo, aberta ao pluralismo e ao diálogo, características da nossa época. Neste mundo plural, “a experiência dos cristãos leigos levada para dentro da comunidade eclesial pode mostrar à humanidade que existe uma forma diferente de ser irmão.... de ser filho... de chamar a Deus de Pai”. Constitui uma evangelização em ato.

O artigo do **Pe. José Maria Arnaiz** — “*Os jovens, vinho novo e odres novos para uma Vida Consagrada refundada*” — chama a atenção para a urgente necessidade de abrir amplo espaço aos jovens religiosos e religiosas na árdua tarefa da refundação da Vida Religiosa. Com a lucidez e a coragem dos que buscam abrir caminho, o autor trata de responder a perguntas cruciais para a Vida Religiosa — especialmente para os jovens — nesta encruzilhada histórica em que nos encontramos. Seu artigo é estimulante e inspirador. Nele as comunidades encontrarão rumos e perspectivas que ajudarão a fazer efetiva a “utopia” de uma Vida Religiosa refundada pela graça do Espírito.

O artigo da **Ir. Lina Boff** — “*O Advento e a pessoa de Maria*” — é uma interessante reflexão teológico-espiritual, bem documentada e elaborada com clareza teológica e unção espiritual. Nesta época do ano litúrgico, o texto tem peculiar relevância e é particularmente apto para ajudar as comunidades a adentrarem com Maria no espírito do Advento. De acordo com o pensamento da autora, celebrar o Advento com Maria é abrir-se à graça libertadora e salvadora que se derrama sobre toda a humanidade com a Encarnação; é ser portador, portadora, para o mundo, da Boa Notícia do Reino que se aproxima.

“*Deus Pai na Bíblia*” é o interessante artigo do **Pe. Luiz I. J. Stadelman**. Fazendo uma breve análise de alguns textos do Antigo Testamento e do Novo Testamento, o autor trata de elucidar o significado da palavra Pai referida a Deus. Para o autor, “em relação a Israel Deus é chamado Pai em razão da eleição, ato esse indissociável de sua intervenção histórica em favor do seu povo”.

Com Jesus a comunidade eclesial reaprende continuamente a ser missionária em cada época e em cada situação da história. Olhando-se no espelho do Mestre ela entende que ser evangelizadora é partir da vida e do cotidiano das pessoas; é entrar no complexo mundo das suas “alegrias e esperanças, das suas tristezas e angústias” (GS 1), para chegar com elas a ver o Reino de Deus como Deus o vê, e a atuar como Deus atua.



PALAVRA DO PAPA

A Igreja Pede Perdão Pelas Culpas dos seus Filhos

Em 4 de setembro deste ano, L'Osservatore Romano publicou o texto abaixo que tantos comentários produziu nos meios de comunicação internacionais.

1. «Sede bendito e louvado, Senhor, Deus dos nossos pais [...] pecamos, prevaricamos afastando-nos de Vós; em tudo temos procedido mal. Não temos obedecido aos Vossos preceitos...» (Dn 3,26.29). Assim oravam os hebreus depois do exílio (cf. também Br 2,11-13), assumindo as culpas cometidas pelos seus pais. A Igreja imita o exemplo deles e pede perdão pelas culpas também históricas dos seus filhos.

Com efeito, no nosso século o evento do Concílio Vaticano II suscitou um impulso significativo de renovação da Igreja, para que como comunidade dos que foram salvos se torne sempre mais transparência viva da mensagem de Jesus no meio do mundo. Fiel ao ensinamento do último Concílio, a Igreja está sempre mais consciente de que só com uma contínua purificação dos seus membros e das suas instituições, pode oferecer ao mundo um coerente testemunho do Senhor. Por esta razão, «simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação, ela exercita continuamente a penitência e a renovação» (LG, 8).

2. O reconhecimento das implicações comunitárias do pecado impele a Igreja a pedir perdão pelas culpas «históricas» dos seus filhos. Induz a isto a preciosa ocasião do grande Jubileu do Ano 2000 que, na esteira dos ensinamentos do Vaticano II, pretende iniciar uma nova página de história, na superação dos obstáculos que ainda dividem os seres humanos e os cristãos em particular.

Por isso, na Carta Apostólica *Tertio millennio adveniente* pedi que no final deste segundo milênio, «a Igreja assuma com maior consciência o peso do pecado dos seus filhos, recordando todas aquelas circunstâncias em que, no arco da história, eles se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho, oferecendo ao mundo, em vez do testemunho de uma vida inspirada nos valores da fé, o espetáculo de modos de pensar e agir que eram verdadeiras formas de anti-testemunho e de escândalo» (n. 33).

3. O reconhecimento dos pecados históricos supõe uma tomada de posição em relação aos eventos, tais como realmente aconteceram, e que reconstruções histó-

ricas serenas e completas podem fazer emergir. Por outro lado, o juízo sobre eventos históricos não pode prescindir de uma consideração realista dos condicionamentos constituídos por cada um dos contextos culturais, antes de atribuir aos indivíduos específicas responsabilidades morais.

Certamente a Igreja não teme a verdade que emerge da história e está pronta a reconhecer os erros, lá onde se verificaram, sobretudo quando se trata do respeito devido às pessoas e às comunidades. Ela está propensa a desconfiar das sentenças generalizadas de absolvição ou de condenação a respeito das várias épocas históricas. Confia a investigação sobre o passado à paciente e honesta reconstrução científica, livre de preconceitos de tipo confessional ou ideológico, quer a respeito de quanto se refere às imputações que lhe são feitas, quer das injustiças por ela sofridas.

Quando são verificadas por uma séria investigação histórica, a Igreja sente o dever de reconhecer as culpas dos próprios membros e de pedir perdão a Deus e aos irmãos. Este pedido de perdão não deve ser entendido como ostentação de humildade fingida, nem como renegação da sua história bimilenária, certamente rica de méritos nos setores da caridade, da cultura e da santidade. Ao contrário, ela responde a uma irrenunciável exigência de verdade que, ao lado dos aspectos positivos, reconhece os limites e as debilidades humanas das várias gerações dos discípulos de Cristo.

4. A aproximação do Jubileu chama a atenção para alguns tipos de pecados presentes e passados, sobre os quais de modo particular é preciso invocar a misericórdia do Pai.

Penso, antes de tudo, na dolorosa realidade da divisão entre os cristãos. As lacerações do passado, certamente não sem culpas de ambas as partes, permanecem um escândalo perante o mundo. Um segundo ato de arrependimento refere-se à condescendência a métodos de intolerância e até mesmo de violência no serviço à verdade (cf. *TMA*, 35). Ainda que muitos o tenham feito de boa fé, não era certamente evangélico pensar que a verdade tenha de ser imposta com a força. Depois, faltou o discernimento de não poucos cristãos a respeito de situações de violação dos direitos humanos fundamentais. O pedido de perdão vale para tudo o que foi omitido ou calado por debilidade ou avaliação errônea, por aquilo que foi feito ou dito de modo indeciso ou pouco idôneo.

Sobre estes e outros pontos, «a consideração das circunstâncias atenuantes não exonera a Igreja do dever de lastimar profundamente as fraquezas de tantos filhos seus, que lhe deturparam o rosto, impedindo-a de refletir plenamente a imagem do seu Senhor crucificado, testemunha insuperável de amor paciente e de humildade mansidão» (*Ibidem*).

A atitude penitencial da Igreja do nosso tempo, no limiar do Terceiro Milênio, não quer, portanto, ser um cômodo revisionismo historiográfico, que aliás seria suspeito e de igual modo inútil. Antes, volta o olhar para o passado e o reconhecimento das culpas, a fim de que isto sirva de lição para um futuro de testemunho mais puro.

Joannes Paulus II

OSIB – Mensagem Final aos Bispos e Superiores Maiores

Exmos. Srs. Bispos e Superiores Maiores do Brasil

Convidados pela OSIB e sob os auspícios da CNBB – Setor Vocações e Ministérios, estivemos reunidos em Brasília, de 18 a 21 de agosto, quase 60 responsáveis imediatos, como formadores, pela dimensão intelectual da preparação dos presbíteros de nossa Igreja. Éramos Reitores de Seminários Maiores, Diretores de Institutos e Professores de filosofia e teologia. Na quase totalidade éramos presbíteros diocesanos e religiosos, com felizmente alguns leigos que, generosamente, participaram desse encontro.

Tentamos refletir com certa profundidade sobre as vertentes da filosofia e teologia na formação presbiteral. Demo-nos conta do grande empenho e dedicação com que enfrentamos nossa tarefa. Deparamo-nos, contudo, com uma realidade que, ao lado de muitas luzes, encerra também diversas e densas sombras. Procuramos detectar as causas responsáveis por tais sombras. Verificamos que algumas dessas causas se situam no nosso lado de formadores, e outras no lado dos formandos. No lado dos formadores, sobretudo no que tange à filosofia, constatamos que, não obstante haver professores bem qualificados, seu número está muito aquém das necessidades reais. Sentimos a premente urgência de que se providencie a qualificação de um número razoável de professores para a área da filosofia. Isto depende fundamentalmente do interesse, empenho e decisão de VV. Excias. Desnecessário seria insistir na importância e necessidade de adequada preparação filosófica para a formação teológica e pastoral dos futuros presbíteros. As Diretrizes da formação já o confirmam sobejamente.

Não seria o caso de, pelo menos cada Regional ou Sub-Regional, se empenhar para manter, nos anos vindouros, a partir do próximo ano acadêmico, dois ou três formadores/professores destinados a essa qualificação em centros para tal adequados?

No lado dos formandos apresentam-se-nos alguns pontos que parecem de capital importância:

a) A condição dos candidatos a iniciarem o curso de filosofia, muitas vezes, está marcada pela falta de conhecimentos básicos no que toca à língua portuguesa e a elementos fundamentais de cultura geral. Também se detecta uma incompreensível desmotivação para um estudo mais sério e profundo, tornando-os capazes de compreender a realidade sócio-eclesial em que vivemos.

Para suprir tal despreparo, não seria o caso de organizarem-se e fazê-los funcionar efetivamente os cursos propedêuticos já preconizados pela CNBB em estudos e documentos sobre a formação presbiteral?

b) Junta-se a isso a falta de colegialidade na prática difusa de alguns Institutos e Seminários Maiores, com a anuência e/ou apoio de Srs. Bispos e Superiores. Referimo-nos ao fato de, com facilidade, serem aceitos em outros Institutos e Seminários Maiores, candidatos julgados inaptos a continuarem a preparação para o presbiterato por outro Instituto ou Seminário, mesmo depois de aprovado pela CNBB e ratificado pela Congregação competente um decreto legislativo geral a respeito da recepção de egressos de Seminários, Ordens, Congregações e Institutos religiosos.

Seria muito desejável que decisões colegiadas em nível de Regionais e/ou Sub-Regionais fossem tomadas e observadas, bem como a legislação existente a respeito.

Aproveitamos o ensejo, que a teologia foi oficialmente reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação, para sugerir que, na medida do possível, tanto os nossos cursos de teologia como de filosofia sejam registrados, para terem oficialidade civil. A satisfação das exigências do MEC pode ajudar muito a que eles alcancem melhores padrões de qualidade, e neles se mantenham, favorecendo o bom preparo de nossos futuros presbíteros.

Sugerimos ainda, a respeito do momento de se conferirem as Sagradas Ordens, que seria melhor deixarem-no para após o término dos estudos, quando o candidato pode se preparar com mais calma e dedicação e quando os preparativos não atrapalham o andamento e a motivação dos estudos.

Estas nossas solicitações são-lhes dirigidas em espírito de corresponsabilidade, atendendo aos ditames de nossa consciência, para colaborar com VV. Excias. na missão difícil mas gratificante da formação de presbíteros à altura das necessidades e exigências de nosso tempo, para o serviço do Reino do Senhor.

Em Cristo, Sumo e Eterno Sacerdote,
Brasília, 21 de agosto de 1999

ARTIGOS

Entre o Desafio do Diálogo e a Vocação do Anúncio¹

FAUSTINO TEIXEIRA
PPCIR-UFJF / ISER-ASSESSORIA

INTRODUÇÃO

Terminou no início de outubro na Argentina o VI Congresso Missionário Latino-Americano (COMLA 6). Aproveito esta oportuna ocasião para tecer alguns comentários sobre um tema tão decisivo na dinâmica missionária, ou seja, a relação de tensão criativa entre o desafio do diálogo e a vocação do anúncio na missão evangelizadora da Igreja. Para iniciar minha reflexão, gostaria de mencionar uma passagem da carta apostólica de João Paulo II sobre a preparação para o ano 2000 (*Tertio Millennio Adveniente* — 1994): “O ano 2000 convida a encontrarmos-nos, com renovada fidelidade e mais profunda comunhão, sobre as margens deste grande rio: o rio da Revelação, do cristianismo e da Igreja, que corre através da história da humanidade a partir do que sucedeu em Nazaré e depois em Belém, há dois mil anos”.² Ao falar para os bispos asiáticos por ocasião do XXV aniversário da Federação das Conferências Episcopais Asiáticas (1995), João Paulo II

manifestou o seu desejo de que no terceiro milênio o cristianismo possa ser uma realidade efetiva na Ásia: que todos possam ser cristãos e asiáticos. Sublinha que assim como a cruz foi plantada no primeiro milênio no solo europeu, e no segundo no solo americano e africano, que no terceiro milênio possa se realizar “uma grande colheita de fé neste continente assim vasto e rico.”³

Olhando com mais realismo sobre a realidade do pluralismo religioso vigente no momento atual da humanidade, seria difícil imaginar a afirmação de uma nova “eclesiosfera”, para utilizar a expressão cunhada por E. Poulat. Conforme os dados estatísticos disponíveis, verificamos que cerca de dois terços da população mundial não conhecem Jesus Cristo. A população restante, constituída de cristãos, encontra-se dividida entre si. Os católicos constituem somente 18% da população mundial, e quase a metade con-

1. Este texto foi apresentado em versão preliminar no IV Encontro Nacional dos Organismos e Instituições Missionárias (ENOIM) – CNBB. Tema: Nova Evangelização, Diálogo e Anúncio, em vista do COMLA 6 (Congresso Missionário Latino-Americano). Brasília, 05 a 08 de novembro de 1998.
2. JOÃO PAULO II. *Tertio Millennio Adveniente*. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 39 (n.25).
3. JOÃO PAULO II. In: *Il Regno-documenti* (7): 240, 1995.

centrada na América Latina. A nível mundial, a porcentagem de muçulmanos já é maior do que a de católicos.⁴

Este quadro atual suscita maior realismo por parte das análises teológicas ou magisteriais ainda devedoras de certa mentalidade missionária de conquista, típicas do século anterior, segundo a qual a expansão geral do cristianismo e catolicismo seria uma questão de tempo. De-

veríamos estar hoje mais disponíveis para acolher realmente uma nova perspectiva teológico-pastoral, capaz de reconhecer o valor do pluralismo religioso, não como algo passageiro, contingente ou pecaminoso, mas como algo positivo: um fenômeno rico e fecundo, que haure sua razão de ser no próprio desígnio de Deus, enquanto mistério de riqueza multiforme.

1. A MISSÃO DE EVANGELIZAR

Como bem sublinhou Paulo VI na Exortação Apostólica sobre a Evangelização no mundo contemporâneo⁵, a tarefa evangelizadora constitui "vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade" (EN 14). Enquanto seguidora de Jesus, a Igreja procura dar continuidade ao seu projeto de anunciar para a história a "Boa Nova do Reino de Deus" (Lc 4,43). O Reino de Deus encontra-se

no cerne do projeto de Jesus. Como evangelizador, Cristo anuncia em primeiro lugar um Reino, o Reino de Deus, de tal maneira importante que, em comparação com ele, tudo o mais passa a ser 'o resto', que é 'dado por acréscimo' (cf. Mt 6,33). Só o Reino, por conseguinte, é absoluto, e faz com que se torne relativo tudo o mais que não se identifica com ele (EN 8).

2. A MISSÃO NO DESDOBRAMENTO DO SEGUIMENTO DE JESUS

A missão de evangelizar não constitui algo que se possa optar ou não, mas um desdobramento essencial de uma vocação suscitada por Jesus, que convoca seus discípulos para desfrutarem de sua proximidade e ir ao encontro dos outros para lhes anunciar o grande projeto do Reino de Deus como afirmação da vida. A Igreja tem, assim, a missão de prolongar o projeto de Jesus na história, enquanto lembrança viva de sua vontade salvífica universal, de comunicar com palavras, mas sobretudo com atos, a Boa Notícia do Evangelho de Jesus Cristo. A

Igreja vive na história a condição de "peregrina", de "Povo de Deus imerso no mundo", que se encaminha para o horizonte mais amplo do Mistério sempre maior, do Mistério do Deus que é, que era e que vem (Ap 1,8). A humildade é uma das prerrogativas muito importantes nesta caminhada eclesial. Para ser de fato evangelizadora a Igreja deve sempre deixar-se evangelizar: "ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões de sua esperança e o mandamento novo do amor" (EN 15).

3. AS NOVAS PERSPECTIVAS ABERTAS COM O CONCÍLIO VATICANO II

O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi um marco decisivo para uma nova teo-

logia da missão. Na visão que prevalecia anteriormente entendia-se a missão co-

4. F. LENOIR & Y.T. MASQUELIER. (Eds). *Encyclopédie des religions*. V 2 ("Thèmes"). Paris: Bayard, 1997, p. 2422.

5. PAULO VI. *A evangelização no mundo contemporâneo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1979 (Evangelii Nuntiandi-EN).

mo ação de implantar a Igreja. Privilegiava-se, assim, o encargo de “explicitação da mensagem” confiado ao missionário e a sede de expansão territorial da Igreja. De modo unilateral, os esforços concentravam-se sobre a proclamação do Evangelho, a catequese e a administração dos sacramentos. O mais importante era assegurar o crescimento numérico da comunidade cristã. Como lembra Jacques Dupuis, seguia-se um modelo de transplante: “transplantava-se para os países da ‘missão’ um determinado modelo de realidade eclesial, tal como se havia desenvolvido no Ocidente, sem preocupar-se muito com adaptação ou com a ‘inculturação.’”⁶

Com o Vaticano II amplia-se o campo da missão, nele incluindo toda a história da salvação. A missão da Igreja peregrina vem agora situada de forma mais precisa no horizonte da missão do Filho e do Espírito, segundo o desígnio de Deus Pai (AG 2). O Concílio abre o espaço para a superação de um eclesiocentrismo unilateral que caracterizava a perspectiva anterior e busca recentrar a Igreja em Jesus Cristo e no Reino de Deus. Esta perspectiva mais bíblica e fundamental da evangelização irá ganhar cada vez mais espaço no período pós-conciliar, quando o conceito ganha aceção sempre mais vasta. A noção restrita de evangelização, identificada unicamente com o anúncio ou a proclamação do Evangelho, vem enriquecida com uma perspectiva mais ampla, que passa agora a incluir em seu campo a promoção humana, a luta pe-

la justiça, a inculturação e o diálogo inter-religioso. Estas atividades, que antes eram consideradas meios, preparação ou primeiros passos para a proclamação mesma, ganham um lugar singular como atividades de evangelização. Os bispos, reunidos no Sínodo de 1971, em documento sobre a Justiça no Mundo, afirmam com vigor que “a ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas.”⁷

Entendida segundo o modelo tradicional, a missão privilegiava a pertença à Igreja, considerada mais importante que a conversão radical de vida. A experiência pós-conciliar, sobretudo nos países do terceiro mundo, deslocou o eixo de referência para o horizonte do Reino de Deus. O objetivo da missão passa a ser sobretudo a construção do Reino de Deus e, a seu serviço, a edificação da Igreja como comunidade profética. Como sublinhou M. Amaladoss, um dos teólogos jesuítas indianos que melhor tem desenvolvido a temática, a missão afirma-se como “apelo à conversão, uma interpeção à mudança, um convite a realizar o Reino de Deus, uma exortação a entrar no dinamismo criativo da ação de Deus no mundo, fazendo novas todas as coisas.”⁸ A missão é simultaneamente ato de anunciar a boa nova libertadora e gesto profético de denúncia contra as situações

6. Jacques DUPUIS. “Evangelização”. In: R. LATOURELLE & R. FISICHELLA (Orgs.) *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis/Aparecida: Vozes/Santuário, 1994, p. 298.
7. A JUSTIÇA no mundo. Sedoc, 4 (44): pp. 811-824, 1972 (Documento do Sínodo dos Bispos – 1971). A citação refere-se ao número 6 do documento.
8. Michaël AMALADOSS. “La mission comme prophétie”. In: *Spiritus* (128): 270, 1992; Id. “Le Royaume, but de la mission”. In: *Spiritus* (140): pp. 298-302, 1995.

de pecado, tais como a desigualdade, a opressão, a violência, o fundamentalismo etc. Proclamar o Evangelho é saber partilhar com os outros a alegria de um convite feito por Jesus Cristo em fazer da história um espaço de vida plena; é partilhar da alegria e do reconhecimento de que esta boa nova é um bem para a humanidade; é saber igualmente respeitar a dig-

nidade e individualidade de cada pessoa, inclusive no seu "direito de procurar a verdade em matéria religiosa".⁹ Ao centrar-se no Reino, a atuação missionária ganha novo impulso, torna-se mais dinâmica, plantada no solo da história e orientada para o futuro. Todos são convocados a transformar a atual fisionomia do mundo, animados pela força do Espírito.

4. EVANGELII NUNTIANDI: EVANGELIZAÇÃO EM TOM MAIOR

A Exortação Apostólica de Paulo VI sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo, que recolhe o testemunho do Sínodo dos Bispos de 1974, constitui um marco decisivo para a nova compreensão de Evangelização. A ação evangelizadora vem definida como uma "realidade rica, complexa e dinâmica", não podendo restringir-se por definição parcial e fragmentária, "a não ser com o risco de a empobrecer e até mesmo de a mutilar". (EN 17). A dinâmica evangelizadora da Igreja consiste em levar a uma perspectiva real de mudança de rota pessoal e coletiva dos povos, ou seja, "tornar nova a própria humanidade" (EN 18). A Igreja deve ser portadora de uma mensagem que "interpela a vida toda", uma mensagem de libertação. Este anúncio de libertação constitui um "dever" para todos na Igreja, sendo "impossível aceitar que a obra evangelizadora da Igreja possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira ho-

je em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo" (EN 31).

O processo de evangelização, como assinalado na *Evangelii nuntiandi*, já se inicia com o "testemunho sem palavras", mediante o qual o cristão expressa sua simpatia e empatia com o outro, solidarizando-se com a sua cultura e a fazendo crescer e desabrochar a partir de suas próprias virtualidades. O testemunho de vida, que é presença, participação e solidariedade no mundo do outro, constitui elemento essencial e primeiro na dinâmica evangelizadora. Como sublinha Paulo VI, "um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valorosa e eficaz da Boa Nova" (EN 21). É no desdobramento deste gesto inicial, como Boa Nova que irriga e não inunda o universo do diferente, que faz sentido o momento segundo da proclamação explícita, necessário para o complemento de uma evangelização verdadeira (EN 22).

9. "Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa" (n. 3). In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 415. Na mesma direção, podemos mencionar o documento do Secretariado para os Não-Crentes que trata o tema do cristianismo e as outras religiões, conhecido como Diálogo e Missão (1984). Neste documento sublinha-se que "a missão dirige-se sempre ao homem no respeito pleno da sua liberdade". Daí a exigência "de promover e respeitar em cada interlocutor uma verdadeira liberdade, isenta de coação de qualquer espécie, sobretudo no âmbito religioso" (n. 18); SECRETARIADO para os Não-Crentes. "O cristianismo e as outras religiões". In: *Sedoc*, 17 (176): pp. 387-399, 1984. O teólogo francês, C. Geffré destaca a importância de se "respeitar os encaminhamentos particulares que procedem do destino de cada ser humano, o qual, onde quer que se encontre, pode ser solicitado pela graça e pelo Espírito de Deus.": C. GEFFRÉ. *Como fazer teologia hoje*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 307.

8
1
0
E
E
6
6
1
0
>
E
0
0

política, enquanto os religiosos se ocupam das coisas do espírito, do sagrado. Têm por função realizar, administrar e distribuir os sacramentos e fazer viver a comunidade inspirada pelo Espírito, dando testemunho, no mundo, do Espírito das bem-aventuranças (LG 31).

As três décadas que nos separam do Concílio com a conseqüente e revitalizadora abertura que trouxeram para dentro da Igreja foram fazendo acontecer a nível pastoral a superação a algum nível dessa contraposição. Surgiram com força as vocações laicais para exercer serviços e ministérios dentro da Igreja. Multiplicaram-se os leigos, homens e mulheres que buscaram os cursos de teologia, chegando a obter graus acadêmicos e recebendo da hierarquia a missão canônica para o magistério e a inteligência da fé, que antes parecia estar restrito ao clero e aos religiosos.

No campo da espiritualidade a entrada dos leigos se fez de maneira vigorosa e surpreendente. É cada vez maior o número de leigos e leigas que orientam espiritualmente pessoas, pregam retiros, organizam celebrações e liturgias e são referência obrigatória quando se trata da vida espiritual da comunidade. Neste campo no qual foram sempre receptores às vezes um tanto passivos, cada vez mais os leigos superam “impossibilidades” e dão demonstrações qualificadas de que, sem negar a imensa importância que pode chegar a ter sua atuação na esfera temporal, transformando e influenciando sobre a realidade injusta, podem ser chamados e convocados pelo Senhor a atuar no nível mais propriamente eclesial, ajudando a caminhada dos irmãos no aprofundamento de sua experiência espiritual.

Embora bastante fiel ao espírito conciliar e à “divisão de tarefas” que nele parece predominar, o documento *Christifideles Laici*, do Sínodo de 1987 já acena com a obrigatória participação dos fiéis leigos na missão universal de evangelização dada pelo Senhor a Sua Igreja. Sendo evangelizador, o leigo pode ser — e efetivamente o é — chamado a exercer ministérios de índole espiritual, ocupando-se das “coisas do Espírito” que antes pareciam apenas adstritas aos ministros ordenados ou aos religiosos consagrados pelos votos.

Em nosso continente latino-americano houve igualmente passos importantes a nível de documentos oficiais. Já o documento de trabalho para a conferência de Santo Domingo em 1992 colocava como a primeira das novas opções que se delineavam no cenário das expectativas para Santo Domingo a opção pelos leigos, considerando-os “tecido vital do Corpo de Cristo Ressuscitado”.¹³ E o documento de conclusões parece seguir na esteira do referido documento de trabalho, ao afirmar claramente no seu n. 97 que: “*As urgências do momento presente na América Latina e no Caribe reclamam: que todos os leigos sejam protagonistas da nova evangelização, da promoção humana e da cultura cristã.*”¹⁴

Mais adiante, é ainda o documento de conclusões que proclama, ao definir os leigos como linha pastoral prioritária: “...uma linha prioritária de nossa pastoral, fruto desta IV Conferência, há de ser a de uma Igreja na qual os fiéis cristãos leigos sejam protagonistas.”¹⁵ O compromisso que toda a Igreja da América Latina toma no sentido de uma nova evangelização no entender do docu-

13. Cf. Documento de trabalho (DT 642-655)

14. O grifo é nosso

15. n. 103

b) Documento Diálogo e Anúncio

Em linha de continuidade com o documento Diálogo e Missão, o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso publica em 1991 o documento *Diálogo e Anúncio*, cujo trabalho de preparação remonta ao ano de 1987.¹² O documento sublinha a importância e atualidade do tema. Não há como desconhecer o “fato do pluralismo religioso. As religiões já não se contentam simplesmente com o fato de existir e de sobreviver. (...) Continuam a inspirar e influenciar a vida de milhões de adeptos. No atual contexto de pluralismo religioso, não pode ser descurado o importante papel das tradições religiosas” (DA 4a).

Uma justa avaliação das outras tradições religiosas implica “um estreito contato com elas”, uma experiência prática de diálogo. Daí a importância de uma proximidade em clima de sensibilidade e respeito, já que as mesmas “encerram valores espirituais e humanos” (DA 14). O mistério da salvação envolve os membros das outras tradições religiosas, que respondem afirmativamente ao convite de Deus e recebem a salvação em Jesus Cristo sem que para tanto tenham que romper com suas tradições. Graças à ação do Espírito, é mediante “a prática daquilo que é bom nas suas próprias tradições e seguindo os ditames da sua consciência” que esta resposta afirmativa se dá (DA 29).

O grande objetivo do diálogo consiste em provocar uma “conversão mais profunda de todos a Deus” (DA 41). O diálogo não constitui um meio para se chegar a determinado objetivo, mas “já possui o seu próprio valor” (DA 41). Em sintonia com tal perspectiva, a teologia cristã das religiões tem acentuado que o diálogo não pode ser concebido em função de

uma conversão à religião particular do interlocutor. O diálogo implica, na verdade, que os interlocutores em questão sejam mutuamente provocados, enriquecidos, transformados, sem que necessariamente mudem de religião. O diálogo tende em realidade para uma experiência de abertura à verdade que nos ultrapassa a todos.¹³

O documento Diálogo e Anúncio reconhece que o diálogo não pode substituir o anúncio (DA 82), embora manifeste igualmente, na linha da EN, que o anúncio “não é senão um aspecto da evangelização”, de mais amplo significado (DA 8). A Igreja não pode renunciar à urgência do anúncio (DA 66) mas, guiada pelo Espírito, deve aprender como anunciar, reconhecendo em primeiro lugar que o seu anúncio nunca se realiza num “vácuo”, já que o Espírito se antecipa ao missionário; em segundo lugar, deixando-se guiar pela pedagogia divina e, em terceiro lugar, temperando o anúncio com as qualidades próprias do evangelho: anunciar com espírito dialogal, com humildade, com confiança no poder do Espírito e de forma inculturada. Em passagem corajosa, afirma o documento que aqueles “que não têm apreço e respeito pelos outros crentes e pelas suas tradições religiosas, estão mal preparados para lhes anunciar o Evangelho” (DA 73c).

A razão fundamental que nos deve mover ao anúncio, não é simplesmente um mandato, a obediência ao mandamento do Senhor, mas algo que decorre do centro mesmo do mistério do amor. Na medida em que somos tocados por um amor profundo ao Senhor Jesus e ao seu Reino de Vida, somos sensibilizados a compartilhar esta experiência de amor (DA 83)¹⁴.

12. PONTIFÍCIO Conselho para o Diálogo Inter-religioso. *Diálogo e Anúncio*. Petrópolis: Vozes, 1991.

13. Faustino TEIXEIRA. “Para uma teologia cristã do pluralismo religioso”. In: *Perspectiva Teológica* (30): pp. 248, 1998.

14. Ver também DM 40.

Como sublinha de forma extremamente rica o documento, somos todos convidados por Deus mesmo "a entrar no mistério da sua paciência".. Trata-se de uma longa busca humana, de uma "viagem fraterna na qual nos acompa-

nhamos uns aos outros rumo à meta transcendente que ele (Deus) estabelece para nós".. Mas as etapas e o cumprimento desta longa busca constituem um mistério que só a Deus pertence (DA 84 e 79).

6. A TÔNICA DIALOGAL EM OUTROS DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO

A temática do diálogo esteve sempre presente nos documentos da Federação das Conferências Episcopais Asiáticas (FABC), nascida em novembro de 1970, durante o Primeiro Encontro dos Bispos Asiáticos, realizado em Manila (Filipinas). A esta Federação aderem 18 Conferências Episcopais e Jurisdições Eclesiásticas do Sudeste da Ásia. Durante a Primeira Assembléia Plenária desta Federação, em que se trabalhou o tema da Evangelização da Ásia hoje (Taiwan, 1974), os bispos sublinharam que mediante o diálogo com as outras tradições religiosas abre-se a possibilidade de se descobrir "riquezas de nossa própria fé, que talvez jamais teríamos percebido."¹⁵ Nesta mesma Assembléia os bispos falam da necessidade de se elaborar um conceito dinâmico de evangelização que inclua, como elemento essencial, o diálogo genuíno com as grandes religiões da Ásia e com outras formas de crença radicadas nos asiáticos.¹⁶ Em documento sobre o diálogo com os budistas, publicado no Encontro dos delegados das Conferências Epis-

copais do Japão, Coréia, República Chinesa, Sri Lanka e Tailândia (1979) afirma-se que o diálogo constitui um traço intrínseco da vida da Igreja, enquanto "modo essencial de toda evangelização."¹⁷

Durante a Segunda Assembléia Plenária da Federação das Conferências Episcopais Asiáticas (Calcutá, 1978), os bispos sublinharam a preciosa contribuição que a espiritualidade asiática pode oferecer à espiritualidade cristã. Sem que nada se perca de sua singularidade, a espiritualidade cristã pode sair profundamente enriquecida deste encontro. Reconhecem igualmente que através da espiritualidade asiática "podemos escutar a voz que nos convida a elevar ao Pai os nossos corações."¹⁸

Os bispos da Ásia, no encontro do BIRA IV/12¹⁹ (Tailândia, 1991) apresentaram um rico documento sobre o diálogo inter-religioso. Neste documento afirmam que o diálogo nos convoca a um novo modo de ser Igreja: Igreja como "comunidade de diálogo."²⁰ Uma Igreja centrada não em si mesma, mas no futuro do

15. DOCUMENTI della Chiesa in Asia; Federazione delle Conferenze Episcopali Asiatiche - 1970-1995. Castello: Editrice Missionaria Italiana, 1997, p. 63 n. 72.

16. Ibidem, p. 70 n. 109.

17. Ibidem, p. 241 n. 804. Trata-se de documento produzido pelo Instituto Episcopal para as Questões Inter-religiosas - BIRA 1).

18. Ibidem, p. 80 n. 153. O documento em causa aborda a questão da oração como vida da Igreja na Ásia. Claude Geffré sublinha que o hinduísmo e o budismo podem nos ensinar o respeito para com todos os caminhos sensíveis que não se restringem ao caminho humano: o sentido do destacamento contra todo o instinto de apropriação e o respeito pelo meio ambiente do ser humano. O contato com o Oriente favorece redescobrir o valor da gratuidade, do silêncio e do lazer. C. GEFFRÉ. "Athènes, Jérusalem, Bénares: La rencontre de l'Occident chrétien et de l'Orient". In: Y.TARDAN-MASQUELIER (Ed.) *Les spiritualités au carrefour du monde moderne*. Paris: Centurion, 1994, pp. 124-125.

19. Instituto Episcopal para as Questões Inter-Religiosas.

20. Ibidem, p. 318 n. 1114.

projeto de Deus para o mundo. Uma Igreja realmente católica, que não exclui os outros, mas que aprecia os seus dons e está pronta para com eles trabalhar para um mundo simultaneamente mais humano e mais divino.²¹

A temática da Igreja servidora do Reino vem destacada no documento final do BIRA IV/2, realizado na Tailândia em novembro de 1985. No documento intitulado "A Igreja à serviço do Reino de Deus", sublinha-se que "a Igreja existe no Reino e para o Reino", sendo que este acontece "onde Deus é acolhido, onde os valores do Evangelho são vividos, onde o ser humano é respeitado". Este Reino está bem além dos confins da Igreja.²² Esta reflexão sobre a realidade universal do Reino vem retomada no documento elaborado na reunião de consultores teológicos convocados pelo setor de evangelização da FABC sobre o tema da teologia da missão para a Ásia.²³ O Reino vem apresentado como uma realidade universal, cuja extensão ultrapassa os confins da Igreja. Este Reino vem identificado com a realidade da salvação em Jesus Cristo, da qual participam cristãos e os outros. O Reino constitui o "fundamental mistério da unidade", fator essencial de união, para além das diferenças religiosas. Defende-se no documento a necessidade de uma perspectiva "reinocêntrica" na teologia da missão. Esta perspectiva "não coloca em questão o cristocentrismo da fé cristã. Ao contrário, "o reinocentrismo necessita do cristocentrismo e vice-versa."²⁴

Um dos traços presentes nestes documentos consiste em considerar o Reino de Deus em sua perspectiva integral, incluindo igualmente e de forma positiva o pluralismo religioso. Este Reino não se realiza prescindindo das religiões, mas estas estão nele implicadas. O Reino se realiza através destas religiões, as quais assumem um papel providencial no plano salvífico de Deus.

O Reinocentrismo não obscura nem diminui a importância e centralidade de Jesus Cristo, nem a singularidade da Igreja católica. A Igreja assume um importante papel sacramental (sacramento do Reino), que não é porém nem exclusivo nem exaustivo. Trata-se de uma "sacramentalidade relacional": ou seja, uma sacramentalidade que acontece em relação com outras formas de mediações simbólicas do Reino, em particular com as outras tradições religiosas.²⁵

Os bispos asiáticos propõem na prática uma missiologia do pluralismo religioso (modelo reinocêntrico). Nas diretrizes para o diálogo inter-religioso publicado em 1989 pela Comissão para o diálogo e o ecumenismo da Conferência dos bispos asiáticos se afirmava: "A pluralidade das religiões é uma consequência da riqueza da mesma criação e da graça multiforme de Deus."²⁶ Nesta perspectiva missionária simultaneamente orgânica e integral, todos os aspectos da missão da Igreja são percebidos como essenciais e insubstituíveis. Nenhum aspecto (nem mesmo o anúncio) pode ser instrumentalizado por outro e nem mesmo consi-

21. Ibidem, p. 319 n. 1115.

22. Ibidem, p. 273 n. 930.

23. Ibidem, pp. 403-418. Trata-se do documento: "Uma teologia da missão para a Ásia", apresentado em novembro de 1991 na Tailândia.

24. Ibidem, p. 412 n. 1489.

25. Para esta questão ver: Miguel Marcello QUATRA. *Regno di Dio e missione della chiesa nel contesto asiatico; un studio sui documenti della FABC (1970-1995)*. Tese doutoral - Facoltà di Missiologia, PUG-Roma, 1998 (moderatore: Jacques Dupuis).

26. Cit. In: J.DUPUIS. *Verso una teologia...*, p. 424.

derar-se o centro e fonte do Reino de Deus. Vigora entre os mesmos uma relação de irredutibilidade e ao mesmo tempo de complementaridade e de recíproca abertura.

A Igreja católica não constitui a única protagonista da realização do Reino de Deus. Outras mediações podem, em comunhão com ela, participar da luta em favor da libertação humana, da sal-

vaguarda da cultura, da natureza e do diálogo inter-religioso. Estas são tarefas por Deus destinadas a todos os seres humanos. Isto não significa relativizar o papel da missão da Igreja católica em sua singular missão de levar ao mundo a boa nova de Jesus Cristo, onde o Reino encontra o seu fundamento e no qual se manifestou de forma plenamente humana.

7. EM BUSCA DE UMA NOVA PERSPECTIVA TEOLÓGICA

A problemática do diálogo inter-religioso implica necessariamente uma nova perspectiva para a compreensão da missão evangelizadora da Igreja. Alguns resistem ao tema, atribuindo ao clima dialogal pós-conciliar as "mazelas" que envolvem e abafam a realidade missionária hoje. O diálogo, para estes setores, parece opor-se ao espírito da missão, enfraquecendo ou afrouxando o seu ímpeto.²⁷ Na verdade, na base desta dificuldade está a incapacidade e/ou insensibilidade de reconhecer a presença de Deus e do seu Espírito no meio dos outros. O pluralismo religioso não constitui um mal a eliminar, como uma decorrência nefasta do pecado. Sua realidade manifesta, ao contrário, a riqueza multiforme do mistério de Deus. Trata-se de um fenômeno rico e fecundo, que haurir sua razão de ser no próprio desígnio

de Deus, devendo assim ser acolhido com alegria. João Paulo II, ao participar da jornada inter-religiosa mundial em favor da paz, na cidade de Assis em 1986, sublinhou que a sintonia de sentimentos entre os presentes, "fez vibrar as cordas mais profundas do espírito humano"²⁸. Em entrevista concedida a V. Messori, o papa admitiu que a realidade plural não deve ser motivo de medo ou escândalo: "em vez de nos espantarmos com o fato da Providência permitir uma tão grande variedade de religiões, nós deveríamos antes ficar admirados vendo nelas tantos elementos comuns."²⁹

O projeto evangelizador não pode fundar-se numa prática de intolerância e de rejeição ao outro. O direito à diferença é um dos direitos humanos mais sagrados. A atual situação mundial, infelizmente, vem reforçando o bárbaro

27. Percebe-se um certo refluxo na perspectiva mais aberta de trabalhar o tema da missão sobretudo a partir da segunda metade dos anos 80, sendo o livro de J.RATZINGER "*Rapporto sulla fede*" (Milano: Paoline, 1985) uma de suas primeiras expressões práticas. A partir de então fala-se na necessidade de um "novo equilíbrio para a Igreja" depois dos exageros pós-conciliares. Entre os problemas associados à nova perspectiva missiológica assinala-se: o risco do abafamento do anúncio e equiparação do anúncio com o diálogo; da ênfase na relativização; da desvalorização da singularidade da Igreja; do afrouxamento da dimensão missionária; da redução da missão da Igreja à edificação do Reino de Deus; da excessiva concentração na perspectiva ética em desfavor do mandato missionário etc. Trabalhos que expressam esta perspectiva, além do anteriormente citado: J.RATZINGER. *Il sale della terra*. Milano: San Paolo, 1997, p. 154-155; Id. "Situação atual da fé e da teologia". In: *Atualização* (263): pp. 541-559, 1996; Josef TOMKO. *La missione verso il terzo millennio*. Bologna/Roma: Urbaniana University Press / Dehoniane, 1998 (em particular pp. 227-264).

28. JOÃO PAULO II. *Ut Unum Sint*. Carta Encíclica sobre o empenho ecumênico. São Paulo: Paulus, 1995, p. 64 n. 76.

29. JOÃO PAULO II. *Cruzando o limiar da esperança*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994, p. 88.

etnocentrismo, caracterizado pela redução da alteridade, seja mediante as formas mais cruéis da eliminação do outro e da "limpeza étnica", seja mediante formas mais sutis como sua sujeição ou folclorização. Os conflitos recentes entre sérvios, bósnios e croatas na ex-Iugoslávia, de tutsis e hutus em Ruanda e Burundi, bem como as perseguições sangrentas que ocorrem no Timor Leste, reproduzem os órfãos da intolerância. Esta estratégia de "apartheid" reproduz-se no Brasil com o extermínio de menores, de índios e camponeses sem terra. O reconhecimento do Outro não pode significar uma mera ampliação do domínio do Mesmo. É aceitando a cidadania da diferença que se constrói o verdadeiro clima para a evangelização. Não se evangeliza reduzindo a alteridade.

Cresce hoje em dia a percepção de que o cristianismo, com a sua mensagem e caminho de vida, não "constitui nenhum imperativo categórico para os humanos". Sua mensagem deve ser oferecida como dom, e sempre acompanhada de um testemunho límpido e profundo de fidelidade ao Deus da Vida. O teólogo evangélico Jürgen Moltmann, em artigo na revis-

ta Concilium, indica que o verdadeiro sentido da missão é o "movimento de vida e de salvação que difunde alento vital e que levanta o que está para morrer". No atual momento da humanidade, marcado por tanta intolerância, fundamentalismos e arrogâncias identitárias; e igualmente por inúmeras crises motivacionais, desânimos e perda da esperança, deve-se retomar o verdadeiro sentido da missão como envio do Espírito e afirmação de uma vida nova.³⁰ O desafio da construção de uma nova utopia, de uma cultura da vida, torna-se hoje imperativo diante da "barbárie" da morte transformada em espetáculo rotineiro. O sentido da missão é oxigenar uma humanidade que corre o risco de morrer de apatia e indiferença. Como sublinha Moltmann, "não é de uma nova religião que estamos precisando, mas de vida, de vida plena, indivisível. Mas isto significa para nós também que em lugar de difundir nossas igrejas ortodoxas, romano-católicas ou evangélicas nós devemos colocar a 'paixão pelo Reino de Deus'. Missão não significa: 'Obriga a entrar' (*cogit intrare*), mas é o convite para o futuro de Deus e a esperança de uma criação renovada."³¹

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Quais foram as principais contribuições da *Evangelii Nuntiandi* para a compreensão da missão da Igreja no mundo atual?
2. Que avanços significativos nessa linha se deram, a partir dos documentos: — "*Diálogo e missão*"; "*Diálogo e anúncio*"?
3. Como você e sua comunidade se situam diante das exigências que o diálogo e o anúncio colocam hoje para a Missão da Igreja?

30. Jürgen MOLTSMANN. "Pentecostes e a teologia da vida". In: *Concilium*, 265 (3): pp. 143-155.

31. *Ibidem*, p. 152.

O Leigo na Igreja: Batizado e Filho Dileto do Pai

MARIA CLARA LUCCHETTI BINGEMER

Procuraremos neste artigo refletir sobre a identidade mesma do leigo dentro da Igreja: quem é este ou esta que não tem como especificidade do seu estado de vida eclesial nada além do Batismo? Qual seu estatuto, seu perfil, sua identidade?

Em seguida, procuraremos deter-nos sobre a história mais recente do evento

leigo na Igreja, ressaltando alguns marcos que nos ajudam a entender o momento que hoje vivemos.

Finalmente, procuraremos apontar algumas pistas de reflexão, neste ano dedicado à pessoa de Deus Pai, que possam fazer o cristão leigo redescobrir com novo vigor sua identidade de filho dileto dentro da Igreja que ele ou ela amam como Mãe.

O LEIGO: UM BATIZADO SEM ADJETIVOS

O que define por assim dizer o cristão leigo dentro da Igreja é justamente o que lhe é comum com todos os outros segmentos do povo de Deus: o fato eclesiológico de ser batizado. Ou seja, o de ser — como todos os seus irmãos clérigos e religiosos — introduzido pelo Batismo num modo novo de existir: o existir cristão, que o assimila nada menos que ao próprio Cristo morto e ressuscitado em seu mistério pascal.¹

O Batismo seria, pois, o compromisso primeiro, a primeira e radical exigência que se coloca na vida de uma pessoa

diante do mistério da Revelação de Deus em Jesus Cristo. A opção por um ou outro estado de vida, por este ou aquele ministério ou serviço na Igreja é posterior, chega depois. Antes de mais nada e primeiro que tudo está o fato de “sermos todos batizados em Cristo Jesus... sepultados com ele na sua morte para que, assim como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova” (Rm 6,3-4).

Aí está, pois, o sentido da existência não só do leigo, mas de todo cristão em

1. Cf. o que sobre a teologia do “existir cristão” diz C. PALÁCIO, em seu artigo “Por uma teologia do existir cristão”, in *Perspectiva Teológica* 16 (1984) pp. 167-214.

qualquer opção, vocação ou estado de vida em que se encontre. Consagrado pelo Batismo, chamado a viver buscando a vontade de Deus, no seguimento de Jesus Cristo, movido pelo Espírito Santo. Esta novidade radical de vida implica primeiramente, em uma ruptura radical com o passado e suas velhas alianças, seus segretos compromissos com a iniquidade e suas acomodações com meias verdades.²

Por essa ruptura, o batizado é feito semelhante ao Cristo — ousaríamos dizer que é “outro” Cristo — por uma morte semelhante à sua... a fim de por uma ressurreição também “semelhante à sua”, não mais servir ao pecado, mas viver para Deus” (Rm 6,5-11). É deste pascal mistério do Batismo e do novo modo de existir que ele inaugura que deve brotar, hoje, a nosso ver, qualquer reflexão sobre o leigo, o laicato e outros temas teológicos conexos.³

E esta perspectiva coloca justamente a reflexão sobre o leigo e sua identidade mais profunda no caminho de uma concepção integradora, que não se define pelas contraposições que muitas vezes perpassam as definições eclesiais: *clero X laicato: religiosos X não religiosos*. Mas, pelo contrário, evoca uma Igreja que é e se auto-compreende como *Povo de Deus*; uma comunidade de batizados onde o Espírito Santo, em soberana liberdade, suscita os carismas e deles faz derivar os ministérios, os serviços que serão exercidos em benefício de todo o Povo de Deus.

Assim fazendo e assim direcionando nossa reflexão sobre a identidade dos leigos, estaremos não inventando algo de inusitada novidade, mas simplesmente resgatando tesouros que pertencem ao evento cristão desde suas origens mais remotas.

Se vamos pedir ao texto bíblico, — tanto vétero como neotestamentário, — uma fundamentação para o que seria o “leigo” ou o “laicato” tal como o entendemos contemporaneamente, nossa busca não será muito frutífera. Não só na Sagrada Escritura não se faz referência a tal terminologia como nem sequer se fala de “leigos” enquanto tal.⁴ Já o AT, ao mesmo tempo em que afirma que só Deus é santo (cf. 1 Sm 2,2; 2 Rs 19,22; Sl 22,3; Sl 89,18; Is 6,3; Is 12, 6, etc.), declara também que todo o povo é santo, porque chamado à santidade (cf. Dt 7,6; 14,2; 26,19; Sl 34, 9, etc.). E no NT, todos os cristãos são chamados a viver “em Cristo”, ou seja, a viver uma vida santa, na união e incorporação a Jesus Cristo, Messias, Senhor e Santo de Deus (Rm 6,1ss; 2 Cor 3,3ss, etc.). E o apóstolo Paulo chama sem hesitar a todos os cristãos de “santos”, usando este denominativo quase tão freqüentemente como outros (por exemplo, irmãos etc.) (cf. Rm 1,7; 8,27; 12,13; 15,25; 16,2; 1 Cor 6,2; 7,14; 7,34; 16,1, etc.).

A originalidade e o tipicamente cristão, portanto, é que todos estão consagrados a Deus, e que não há nenhum cristão que tenha uma vida “profana”. O batizado, seja qual for o carisma rece-

2. Cf. sobre esta questão do Batismo dentro da Eclesiologia o livro de J.M.CASTILLO, *La alternativa cristiana*, Salamanca, Sígueme, 1980.

3. Cf. meu artigo publicado em 1987, “Da teologia do laicato à teologia do Batismo. Uma reflexão em vista do Sínodo de 1987”, In: *Perspectiva Teológica* 19 (1987) pp. 29-48.

4. Y. CONGAR, em *Dictionnaire de Spiritualité (DSp)* t. IX, col. 79, verb. Laïc et laïcité diz que a palavra existia, anterior mesmo ao vocabulário religioso cristão e estranha ao emprego específico de “laós” no texto grego do AT. Podia ser encontrada desde o séc. III a.C. nos papiros e inscrições, no séc. II a.C. na língua cultural grega para designar os não iniciados e enfim nas traduções judaicas da Bíblia em grego, aplicada às coisas para significar “profano”, ordinário, não especialmente consagrado a Deus (1Sm 21,5-6; Ez 22,16; 48,15). Mas o termo não se encontra no NT.

bido e o ministério que exerce, foi, mediante o Batismo, incorporado a Cristo e unguído pelo Espírito e assim constituído membro pleno do povo de Deus⁵. A Igreja da primeira hora, tal como é descrita no NT, não parece apresentar traços daquilo que hoje categorizamos e definimos como "leigo". Nem tampouco de uma realidade qualquer que se pudesse transpor e colocar em correspondência com o fato leigo contemporâneo.⁶

O leigo é, pois, o cristão sem acréscimos, sem adjetivações outras que sua pertença a Cristo pelo batismo. E não existiria, a partir desta fundamentação, espiritualidade própria dos "leigos", eclesialidade ou apostolado que seriam vividos apenas por este segmento eclesial, já que são chamados simplesmente a viver a vida "em Cristo" e "no Espírito" como todos os cristãos. O termo "irmãos" designa uma condição comum a todos os que partilham a mesma fé e praticam o mesmo culto cristão. E se existe uma paternidade dos ministros do Evangelho, esta produz não filhos, mas irmãos. As primeiras gerações de cristãos se chamaram entre si de "discípulos", "irmãos", "santos", "comunidade de Deus".⁷

É nesta encruzilhada resultante de dois mil anos de história que a Igreja se encontra hoje; e, em meio a ela, os cristãos inadequadamente chamados "leigos" que buscam há muito, trabalhosa e

pacientemente, o perfil de sua identidade em meio ao povo de Deus. Esse número majoritário de cristãos batizados que há tantos anos são considerados e tratados como cidadãos de segunda categoria dentro da Igreja, mas que permanecem com grande sede espiritual e imenso desejo de santidade encontram-se insatisfeitos e perdidos, em busca de um caminho que lhes seja possibilitado a fim de viverem plenamente sua vocação e missão.

Neste particular, a Igreja oriental pode talvez fornecer pistas valiosas, no sentido de que foi mais capaz de conservar e preservar os pontos nodulares da raiz da espiritualidade bíblica. Para a Igreja oriental, todo membro do povo — "laós" — de Deus, qualquer que seja seu lugar dentro do conjunto deste povo, é "pneumatóforo", ou seja "portador do Espírito", em virtude da dimensão visceral e profundamente pneumática dos sacramentos da iniciação cristã: o batismo, a crisma e a eucaristia.⁸

Carismático porque unguído pelo Espírito, todo batizado é rei, sacerdote e profeta na unidade do povo de Deus ("laós théou"). E o povo de Deus, assim formado, não são os leigos opostos ao clero. Mas sim o *pleroma* do Corpo de Cristo, onde todos são leigos (porque povo) e sacerdotes (em virtude dos sacramentos) e onde o Espírito diferencia os carismas e os ministérios.⁹

5. Ibid. V. tb. J.A. ESTRADA DIAZ, *La identidad de los laicos*. Ensayo de eclesiología, Madrid, Paulinas, 1989, pp. 117. V. tb. B. FORTE, *A Igreja, ícone da Trindade*. Breve eclesiología, SP, Loyola, 1987, p. 31.

6. V. sobre isto A. FAIVRE, *Les laïcs aux origines de l'Eglise*, Paris, Le Centurion, 1984 (trad. bras. Petrópolis, Vozes, 1989).

7. Cf. Y. CONGAR, *ibid.*, col. 80. Devido aos objetivos e às dimensões deste artigo, ao citarmos este autor no *DSp*, "*verb Laic et laicat*" não mencionaremos suas citações, mas nos referiremos apenas à síntese que ele mesmo faz no referido dicionário.

8. Cf. O. CLEMENT, "L'Eglise, libre catholicité des consciences personnelles. Point de vue d'un théologien de l'Eglise orthodoxe", in *Le Supplément* 155 (1985) pp. 55-56.

9. Ibid. Importa, no entanto, fazer a ressalva que já mesmo na teologia do Ocidente se encontram tendências nessa direção. V., por exemplo, a afirmação de B. FORTE, *op. cit.*, pp. 31, no sentido de que a eclesiologia que emerge de uma concepção não "compartimentada" do Povo de Deus é uma eclesiologia total e a laicidade passa a ser assumida como dimensão de toda a Igreja presente na história.

Se adotamos esta perspectiva, parece-nos impróprio continuar falando em termos de "leigos" definindo-os pelo negativo: aqueles e aquelas que não são ordenados, que não seguem dentro da Igreja uma vocação especial. Nem haveria muito sentido, parece-nos, continuar insistindo em uma espiritualidade própria aos leigos ou mesmo "leiga" ou "laical". Não teria sentido nem cabida dentro de tal visão de Igreja. Na verdade, o leigo é o cristão "sem adjetivos". Sua espiritualidade, portanto, não pode ser outra senão a espiritualidade mesma da vida cristã. O batizado, incorporado a Cristo e ungi-do pelo Espírito, é participe das riquezas e responsabilidades que seu Batismo lhe dá. E por isso, não é menos "consagra-do" que outros. O fundamento da vida de todo cristão continua a ser a consagra-ção batismal e é desta que decorre sua vida espiritual.¹⁰

A EMERGÊNCIA DO LAICATO NA RECENTE HISTÓRIA DA IGREJA

Com o Concílio Vaticano II se dá o "boom" oficial da emersão do laicato como sujeito eclesial de central importân-cia. Os documentos conciliares são pró-digos em reflexões sobre os leigos e em tomadas de posição com respeito a sua importância para a Igreja hoje.

Sinalizaríamos apenas alguns alertas que nos permitam uma leitura crítica do Concílio que nos ajude a, trinta anos depois, por fidelidade ao Concílio, saber e poder passar além do mesmo.

Nos documentos conciliares — de modo especial na Constituição dogmá-tica *Lumen Gentium* — coexistem duas eclesiologias: uma eclesiologia jurídica e uma eclesiologia de comunhão. E, muito

O fato de que nesta única espirituali-dade existam diferentes carismas e vo-cações não elimina a constatação de que ela encontra sua raiz num único chão: o do Evangelho de Jesus Cristo, do qual se depreende somente toda e qualquer ex-periência de vida no Espírito que reivin-dique para si o nome de cristã.¹¹ Confor-me esta espiritualidade for sendo vivida por diferentes categorias de pessoas, em diferentes situações e caminhos, se po-derá falar de multiplicidade de vocações — certamente bem mais numerosas que as três categorias jurídicas acima men-cionadas — para viver o chamado do mesmo Deus. Enquanto é bom e rico que hajam ministérios múltiplos, nos quais se realiza o dom e o compromisso de cada batizado, fazer demasiada ênfase na ca-tegoria laicato, contrapondo-a ao clero ou à vida religiosa só vai resultar numa abstração negativa, que pode chegar a empobrecer toda a vida eclesial.¹²

embora a segunda se tenha imposto so-bre a primeira, no sentido da categoria Povo de Deus como categoria central, da qual todos os cristãos participam em igualdade e comunhão, o fato de coexis-tirem ambas tem marcada influência sobre os outros temas eclesiológicos conexos. O tema do laicato e da definição e função dos leigos na Igreja é um deles.

Na LG, com toda a sua positividade em relação aos leigos, é importante constatar que ainda permanece algo de uma perspectiva de contraposição, so-bretudo naquilo que é afirmado ser "próprio" dos leigos e daqueles que não o são. Aos leigos caberia cuidar da esfe-ra temporal, das estruturas sociais, da

10. Cf. B. FORTE, op. cit., pp. 31. 35.

11. O NT é bem claro ao definir a espiritualidade cristã como vida em Cristo e no Espírito.

12. Cf. B. FORTE, op. cit., p. 37.

política, enquanto os religiosos se ocupam das coisas do espírito, do sagrado. Têm por função realizar, administrar e distribuir os sacramentos e fazer viver a comunidade inspirada pelo Espírito, dando testemunho, no mundo, do Espírito das bem-aventuranças (LG 31).

As três décadas que nos separam do Concílio com a conseqüente e revitalizadora abertura que trouxeram para dentro da Igreja foram fazendo acontecer a nível pastoral a superação a algum nível dessa contraposição. Surgiram com força as vocações laicais para exercer serviços e ministérios dentro da Igreja. Multiplicaram-se os leigos, homens e mulheres que buscaram os cursos de teologia, chegando a obter graus acadêmicos e recebendo da hierarquia a missão canônica para o magistério e a inteligência da fé, que antes parecia estar restrito ao clero e aos religiosos.

No campo da espiritualidade a entrada dos leigos se fez de maneira vigorosa e surpreendente. É cada vez maior o número de leigos e leigas que orientam espiritualmente pessoas, pregam retiros, organizam celebrações e liturgias e são referência obrigatória quando se trata da vida espiritual da comunidade. Neste campo no qual foram sempre receptores às vezes um tanto passivos, cada vez mais os leigos superam “impossibilidades” e dão demonstrações qualificadas de que, sem negar a imensa importância que pode chegar a ter sua atuação na esfera temporal, transformando e influenciando sobre a realidade injusta, podem ser chamados e convocados pelo Senhor a atuar no nível mais propriamente eclesial, ajudando a caminhada dos irmãos no aprofundamento de sua experiência espiritual.

Embora bastante fiel ao espírito conciliar e à “divisão de tarefas” que nele parece predominar, o documento *Christifideles Laici*, do Sínodo de 1987 já acena com a obrigatória participação dos fiéis leigos na missão universal de evangelização dada pelo Senhor a Sua Igreja. Sendo evangelizador, o leigo pode ser — e efetivamente o é — chamado a exercer ministérios de índole espiritual, ocupando-se das “coisas do Espírito” que antes pareciam apenas adstritas aos ministros ordenados ou aos religiosos consagrados pelos votos.

Em nosso continente latino-americano houve igualmente passos importantes a nível de documentos oficiais. Já o documento de trabalho para a conferência de Santo Domingo em 1992 colocava como a primeira das novas opções que se delineavam no cenário das expectativas para Santo Domingo a opção pelos leigos, considerando-os “tecido vital do Corpo de Cristo Ressuscitado”.¹³ E o documento de conclusões parece seguir na esteira do referido documento de trabalho, ao afirmar claramente no seu n. 97 que: “*As urgências do momento presente na América Latina e no Caribe reclamam: que todos os leigos sejam protagonistas da nova evangelização, da promoção humana e da cultura cristã.*”¹⁴

Mais adiante, é ainda o documento de conclusões que proclama, ao definir os leigos como linha pastoral prioritária: “...uma linha prioritária de nossa pastoral, fruto desta IV Conferência, há de ser a de uma Igreja na qual os fiéis cristãos leigos sejam protagonistas.”¹⁵ O compromisso que toda a Igreja da América Latina toma no sentido de uma nova evangelização no entender do docu-

13. Cf. Documento de trabalho (DT 642-655)

14. O grifo é nosso

15. n. 103

mento, só poderá ser levado a bom termo com a formação de um laicato bem estruturado com uma formação permanente, maduro e comprometido.¹⁶ A nova evangelização, segundo os bispos reunidos em Santo Domingo, só poderá ser levada efetiva e seriamente a cabo **“se os leigos, conscientes de seu batismo, responderem ao chamado de Cristo a que se convertam em protagonistas da nova evangelização”**.¹⁷

Parece claro portanto que a Igreja da América Latina não deseja mais centrar suas forças formadoras e pastorais apenas ou mesmo principalmente sobre o clero e os religiosos mas, pelo contrário, tenciona investir com entusiasmo e força na formação deste laicato, que constitui a grande maioria de seus membros. É para que isso aconteça está disposta a colocar os meios, assumindo-os como linha pastoral prioritária, confiando-lhes ministérios e serviços dentro do corpo eclesial e promovendo-os constantemente.¹⁸

Além disso, está disposta a reconhecer as lacunas e falhas que possam ter havido na formação destes mesmos leigos ao longo dos tempos. Fala-se claramente no documento em **“leigos nem sempre adequadamente acompanhados pelos Pastores”, “deficiente formação”, etc.**¹⁹ Ao mesmo tempo se afirma que **“os fiéis leigos comprometidos manifestam uma sentida necessidade de formação e de espiritualidade”**; **“os pastores procurarão os meios adequados que favoreçam aos leigos uma autêntica experiência de Deus”**. Coloca-se como linha pastoral principal **“incentivar uma**

formação integral, gradual e permanente dos leigos”.²⁰

Todas estas constatações não se originam, no entanto, do oportunismo de uma instituição que se assusta com a queda de nível da formação de seus quadros nem com a possível diminuição quantitativa de seus efetivos. Originam-se, sim, ao invés, de uma constatação de base que não provém da lógica humana, mas é apenas assimilada por revelação do próprio Deus: a de que todo o povo de Deus recebe do Senhor mesmo o chamado à santidade. Afirmada enfaticamente não só pela Sagrada Escritura, como também, mais recentemente, pelo Concílio Vaticano II, especialmente na Constituição *Lumen Gentium*, essa constatação permite ver e conceber a Igreja, **na sua totalidade**, segundo aquilo que é comum a todos os fiéis.²¹ A intenção do Concílio é, aí, **“mostrar o que é comum a todos os membros do povo de Deus, antes de qualquer distinção de ofício e de estado particular, considerado o plano da dignidade da existência cristã.”**²²

Mais ainda. Toda esta eclesiologia nova e total inaugura uma diferente convicção profunda: a de que este chamado maior e primordial a todo um povo é inseparável da possibilidade de assumir e fazer acontecer o desafio eclesial imenso de uma nova evangelização e que nele estão incluídos também os fiéis leigos. Em relação a estes, os pastores sentem responsáveis, no sentido de ajudá-los a desenvolver sua vida de fé até o desabrochar pleno de uma autêntica santidade cristã.

16. *ibid.*

17. n. 97. Grifo nosso.

18. cf. nn. 42,97,101,103, etc.

19. cf. nn. 96-97.

20. cf. nn. 95, 99.

21. Cf. B. FORTE, *op. cit.*, p. 30.

22. Y. CONGAR, “La chiesa come popolo di Dio”, in *Concilium* 1 (1965) p. 30, cit. in B. FORTE, *op. cit.*, p. 31.

A recente Congregação Geral 34 da Companhia de Jesus declara em seu documento sobre "Cooperação com os leigos na missão" que "uma leitura dos sinais dos tempos a partir do Concílio Vaticano II mostra sem lugar a dúvidas que a Igreja do próximo milênio será chamada a "Igreja dos leigos".²³ Num momento em que toda a Igreja se auto-avalia com relação à emergência do laicato e seu promissor protagonismo,

COLABORAÇÃO LEIGOS-RELIGIOSOS: O DESPONTAR DE UMA ESPERANÇA

Creio que a expressão **companheirismo criativo** dá uma idéia bastante adequada do que seria essa mútua colaboração e o futuro que poderia ter. Por um lado, sendo a espiritualidade cristã algo que não pode nem deve receber adjetivos (laical, religiosa, sacerdotal) como aqui já foi mencionado, mas deve ser sempre mais plenamente aquilo que é, ou seja, cristã, isto significa que pode ser vivida igualmente e no mesmo grau de intensidade por religiosos e leigos.

Já a *Christifideles Laici*, em seu n. 29, declara que a comunhão eclesial encontra uma expressão específica no operar associado dos fiéis leigos, na ação solidária que desenvolvem ao participar responsabilmente na vida e missão da Igreja. E se já no passado a Igreja viveu momentos de grande fecundidade com as associações de fiéis que tanto marcaram sua história (por exemplo, no Brasil, de maneira mais destacada, em tempos recentes, a Ação Católica), é verdade também que hoje vivemos uma nova era agregativa dos cristãos leigos.²⁴

Num mundo cada vez mais fragmentado e secularizado como o nosso, assal-

qual seria o específico que a colaboração leigos-religiosos teria a oferecer? Que palavra diferente e própria caberia hoje às diversas congregações religiosas e aos leigos e/ou associações de leigos que se inspiram neste carisma em termos de uma contribuição significativa no sentido de fazer acontecer este protagonismo que a Igreja deseja e no sentido da busca de caminhos de uma mútua colaboração apostólica sempre mais fecunda?

tado pelo eclodir de novas formas religiosas que interpelam profundamente as instituições eclesiais históricas, as várias formas associativas que encontram os cristãos para unir-se e reunir-se podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente com as exigências do Evangelho e de um empenho missionário e apostólico.²⁵

A Exortação apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata* do Papa João Paulo II do ano 1996. No parágrafo 54 deste documento diz que "hoje alguns Institutos freqüentemente por imposição de novas situações, chegaram à convicção de que 'seu carisma pode ser compartilhado com os leigos'. E assim estes são convidados a participar mais intensamente na espiritualidade e a missão...Iniciou-se, assim um novo capítulo, rico de esperanças, na história das relações entre as pessoas consagradas e o laicato."

E continua no parágrafo 55: "Este novos percursos de comunhão e colaboração merecem ser estimulados, por diversos motivos. Daí poderá resultar, antes de mais nada, a irradiação de uma frutífera espiritualidade mais além da

23. Cf. CG 34, n. 1.

24. Cf. LORSCHIEDER, A., "Conferência Nacional de cristãos leigos", in *REB* 55 (1995) p. 521.

25. *Ibid.*

fronteiras do Instituto... Outra consequência positiva poderá ser a de propiciar uma sinergia mais intensa entre pessoas consagradas e leigos com vistas à missão... Não são raras as vezes em que a participação dos leigos traz inesperados e fecundos aprofundamentos sobre alguns aspectos do carisma, reavivando uma interpretação mais espiritual do mesmo e levando a tirar daí indicações para novos dinamismos apostólicos."

Não vigora, portanto, mais em nossos dias uma concepção que divide os cristãos entre os que têm ou não vocação espe-

cial, os que possuem ou não carisma próprio, os que fizeram ou não uma opção radical por Jesus Cristo. A radicalidade da opção cristã é suposta pelo fato teológico e eclesial mesmo do Batismo, que dá a todo cristão a graça imensa da filiação divina, mediante sua incorporação ao mistério crístico da morte e ressurreição.

A Igreja, neste ano de Deus Pai, se prepara para entrar no próximo milênio incorporando os leigos como filhos diletos de Deus, tão diletos como todas as outras categorias de cristãos que formam os diversos segmentos do povo de Deus.

A EXPERIÊNCIA DE SER FILHOS DO MESMO PAI: A VERDADEIRA LIBERTAÇÃO

Em nossos dias, a história é essencialmente a história da emancipação da humanidade com respeito às concepções patriarcais e autoritárias da vida e da sociedade.

Nossa época é o tempo no qual acontecem batalhas por diversos tipos de emancipação. De um lado, há as imensas massas de oprimidos que tomaram uma consciência aguda da injustiça de sua condição: os pobres que não vêem aparecer nenhuma melhora de seu estado no horizonte, as vítimas do racismo e da ditadura, as mulheres que ainda são tratadas como seres inferiores, os jovens que têm a impressão que nada lhes é oferecido. Entre estes se situam também os cristãos leigos, estes membros da Igreja que têm a impressão de que suas vozes muitas vezes não são escutadas por seus dirigentes. A cólera desses grupos toma freqüentemente formas agressivas e irresponsáveis e seu sonho do que se seguirá à emancipação é freqüentemente tão utópico que isto não pode desembocar no desapontamento e na frustração.

Do outro lado, há aqueles cuja preocupação maior é de defender a coesão

da sociedade e da comunidade eclesial e a validade das normas tradicionais. Sua idéia é que toda revolta contra o autoritarismo abre a porta para a anarquia e é preciso levar a sério sua desconfiança com relação ao laxismo crescente no seio da sociedade e a conseqüente desintegração. No entanto, movimentos conservadores ou neo-conservadores, de ortodoxia ideológica de direita ou de esquerda não conseguem deter a onda do desejo da emancipação e ampliar o ressentimento de seus partidários. Os que consideram a emancipação como uma panacéia e os que a encaram como uma doença mortal nos conduzem uns e outros a becos sem saída.

Na verdade, é tempo de nos perguntarmos se a verdadeira emancipação não é aquela que o Filho pródigo descobriu quando volta à casa do Pai, ao lar onde, por causa do amor que aí reina, a ordem não era de dominação, nem de liberdade anárquica.

O esquecimento dos filhos que marca nossa época (aumento assustador dos filhos de crianças abandonadas, meninos de rua, jovens separados dos pais,

socialidades em que os filhos são colocados fora de casa, longe dos pais, apenas completados os 18 anos de idade, onde os pais velhos e anciãos são abandonados por esses mesmos filhos em asilos ou casas de idosos) está profundamente ligado com o afastamento de Deus Pai, da paternidade divina, uma vez que denuncia o enfraquecimento de nossas próprias raízes. Já que “toda paternidade vem de Deus” (Ef 3,15) certamente a ligação entre paternidade humana e paternidade divina pode nos iluminar ao entender nossa época e também a revelação desse Deus que chamamos de Pai.

Nossa geração, portanto, a geração da emancipação sob todas as formas, é ao mesmo tempo uma geração de filhos sem pai, e portanto, fortemente “maternizados”. Ausência de pai em termos terrenos e celestes. O vazio da figura paterna deixou caminho livre nas sociedades mais avançadas ao crescimento deste seu sub-produto que são as seitas; a falta do pai nas instituições de base, como a família, repercute na estrutura política através do avanço dos sistemas totalitários e de conexas “figuras carismáticas”, nas quais é legível, a nível simbólico, a busca daqueles atributos paternos que são o ser juiz, protetor, etc.

Se por um lado a crítica moderna à paternidade como autoridade opressiva pode ter sua pertinência, por outro certamente a desaparecimento do pai deixa um vazio impenetrável na mente e no coração de nossos contemporâneos. Num certo sentido, se está verificando hoje a verdade pela qual os pais sabem não ser mais mestres; não sabem o que se deve ensinar e a quem. Dentro da Igreja encontra-se também esta desorientação em todos os setores. Isto nos remete ao trecho evangélico no qual o próprio Jesus desidentifica a paternidade terrena da paternidade de Deus: “Na terra não

chameis a ninguém pai, porque um só é Pai, aquele que está nos céus; e não chaméis a ninguém mestre, porque um só é vosso Mestre” (Mt 23,8-10)

Superar ou mesmo eliminar o Pai hoje tem que ser, então, em termos teológicos, recuperar o sentido e o significado mais autêntico da paternidade de Deus, para além de todas as debilidades referentes simbólicas e litúrgicas de uma linha anti-autoritária mas sobretudo do mal estar geral de uma cultura que vive em curto circuito com os seus próprios fundamentos radicais. E este resgate deve ser feito por todos os setores da comunidade eclesial.

O mundo em que vivemos não é mais como aquele onde viveram nossos antepassados, nossos avós, as gerações que sempre nasceram e se criaram cercados dos símbolos, dos sinais e das afirmações da fé cristã e — mais do que isso — católica. Hoje vivemos num mundo plural em termos sociais, econômicos, políticos, culturais e também religiosos. Hoje as pessoas nascem e crescem no meio de um mundo onde se cruzam, dialogam e interagem várias religiões. E o Cristianismo se encontra no meio desta pluralidade.

A questão do diálogo inter-religioso é uma realidade sempre mais proeminente no mundo de hoje, pluralista e assaltado por um retorno do religioso que parece explodir, desreprimido com quase selvageria. Quando se acreditava que a religião estava definitivamente banida do horizonte do homem moderno, tão secularizado e auto-suficiente, parece que ela volta a aparecer com insuspeitada força.

Não só as antigas e tradicionais religiões parecem crescer de importância e se tornarem interlocutoras de peso para o Cristianismo histórico como também novos movimentos religiosos surgem de todos os lados, suscitando perplexida-

de e interpelações diversas aos adeptos das Igrejas tradicionais e, no nosso caso, concretamente, da Igreja Católica.

Uma coisa que aparece clara neste quadro é que, por um lado, o Cristianismo histórico percebe que perdeu a hegemonia que havia secularmente adquirido. Ou seja, percebemos, nós cristãos históricos, que não somos mais maioria neste mundo plural. Isto acontece sobretudo, ou isso se sente mais agudamente, de forma muito concreta, em países como o Brasil. O Brasil é um país latino, tradicionalmente católico, onde a pertença cristã, mais que escolhida livremente na idade adulta, era herdada desde o seio materno. Ser cristão hoje não é mais evidente mesmo aqui em nossa terra, e o cristianismo é chamado a encontrar o seu lugar em meio a uma pluralidade de outras tradições e confissões religiosas dos mais diversos matizes.

Por outro lado, essa pluralidade religiosa levanta para o Cristianismo algumas interpelações bastante sérias quanto a conteúdos mesmo do depósito de sua fé. Para realmente dialogar num mundo pluri-religioso, há que estar dispostos, da parte dos cristãos, a encontrar palavras novas para dizer coisas antigas e tradicionais e fazer-se entender. E há que encontrar também formas novas de mostrar o rosto da Igreja diante do mundo.

A experiência dos cristãos leigos levada para dentro da comunidade eclesial pode mostrar à humanidade que existe uma forma diferente de ser irmão, uma forma diferente de ser filho, uma forma diferente de chamar a Deus de Pai que revela também outros aspectos do mistério cristológico e proclama a criatividade inesgotável do Espírito Santo.

A emergência dos leigos na Igreja anunciam a verdade profunda e maravilhosa que Deus concede Seu Espírito a todos. A vida cristã — vivida em qualquer dos estados, sacerdotal, leigo ou religioso — só é possível a partir do Espírito Santo. O Filho só revela o Pai na glorificação, pelo Espírito. E a comunidade cristã só reconhece e proclama o homem Jesus como Filho de Deus após a Ressurreição, pelo Espírito. Na sua morte e ressurreição, Jesus doa seu Espírito a quem nele crer.

Porém, esse Espírito sozinho levaria a uma experiência de Deus puramente carismática, intimista, interior, sem a dimensão horizontal nem vertical, levando à anarquia, à alienação, ao carismatismo delirante e a um subjetivismo a toda prova, tornando também a teologia impossível.

Mas o que a Revelação nos diz é que esse Espírito é: Espírito do Pai e do Filho e se torna Espírito no ser humano. Faz do ser humano Seu Templo, inspira-o, cristifica-o, diviniza-o, configura-o ao Filho e o faz filho ele também, possibilitando-lhe então chamar Deus de Pai como Jesus chamava.

A fé que é gerada pela inabitação (habitação dentro de cada homem e cada mulher que crê em Jesus Cristo e no Pai) desse Espírito em cada cristão pode, então, nos ajudar a entrar numa comunhão com Deus que nunca pensamos que pudesse acontecer. E isso porque o próprio Deus, habitando em nós, é que nos vai dando essa possibilidade. E a comunidade eclesial, enriquecida pelos diferentes carismas deste Espírito chamada a entrar em sempre maior e mais rica sinergia irá se tornando cada vez mais reflexo fiel da comunhão perfeita da comunidade trinitária.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Como os textos recentes do Magistério da Igreja ajudam a iluminar e esclarecer o lugar do leigo na Igreja?
 2. Quais os principais avanços que se têm dado na teoria e na prática da Igreja Católica em relação com o leigo, nesses últimos anos?
 3. No seu contexto, que passos concretos são dados para intensificar a mútua colaboração entre leigos e religiosos?
 4. No ambiente de pluralismo que caracteriza nossa época, como fazer mais efetiva a contribuição das diferentes vocações para a construção de uma sociedade sem discriminações nem exclusões?
-

— ◆ —

Se adotamos esta perspectiva, parece-nos impróprio continuar falando em termos de “leigos” definindo-os pelo negativo: aqueles e aquelas que não são ordenados, que não seguem dentro da Igreja uma vocação especial. Nem haveria muito sentido, parece-nos, continuar insistindo em uma espiritualidade própria aos leigos ou mesmo “leiga” ou “laical”. Não teria sentido nem cabida dentro de tal visão de Igreja.

Na verdade, o leigo é o cristão “sem adjetivos”.

Sua espiritualidade, portanto, não pode ser outra senão a espiritualidade mesma da vida cristã.

O batizado, incorporado a Cristo e ungido pelo Espírito, é partícipe das riquezas e responsabilidades que seu Batismo lhe dá. E por isso, não é menos “consagrado” que outros.

O fundamento da vida de todo cristão continua a ser a consagração batismal e é desta que decorre sua vida espiritual.

— ◆ —

Os Jovens, Vinho Novo e Odres Novos, para uma Vida Consagrada Refundada

PE. JOSÉ M. ARNAIZ, SM

Fidelidade criativa pede a exortação pós-sinodal *Vita Consecrata* (VC) aos religiosos e fidelidade criativa pedem os jovens que chegam à Vida Consagrada. Eles querem e necessitam encontrar uma Vida Consagrada revitalizada; mais: alguns desejariam ver as comunidades refundadas ou no caminho de refundação.

A palavra não lhes diz muito; mas é, sobretudo, da idéia que eles gostam.

Muito se tem repetido que cada jovem religioso que chega a uma comunidade é, de certo modo, um refundador. De fato, por ele começa algo novo no Instituto, se é fiel ao carisma do mesmo e a seu carisma pessoal. Com o passar dos anos, alguns serão de verdade. Outros ficarão em mero projeto.

Por isso mesmo, as novas vocações renovam nossa fé na fecundidade interna da Vida Consagrada; não somente

evitam que esta morra, mas sobretudo ajudam-na a chegar a “expressar novos caminhos para que o Evangelho atue na história” (VC 84 b). Numa palavra, o jovem religioso nos dá a possibilidade de ir ao primordial da Vida Consagrada, a seu núcleo teológico, a Jesus Cristo, ao batismo, à intuição carismática...

Não há dúvida de que as vocações não amadurecem em baixa temperatura. Pedem intensidade, isto é, uma Vida Consagrada revitalizada. Para consegui-lo, esta necessita **vinho novo e espumoso**. Mas os jovens também pedem-nos atenção às novas realidades que eles, de certo modo, trazem em seu sangue e que se chamam: condições culturais, formas de vida, modos de celebrar, novas sensibilidades, linguagens diferentes, necessidades variadas, valores e atitudes de hoje... Podemos chamar tudo isso de **odres novos**.

I. INTUIÇÕES JUVENIS E INTUIÇÕES DE REFUNDAÇÃO

De entrada, bem poderia dizer que o jovem, quando se aproxima da Vida Consagrada, tem as mesmas intuições que os religiosos que entram pelos caminhos da refundação. Coincidem no sonho da Vida Consagrada que acariciam.

1. Uma secreta opção pela radicalidade

Atualmente, quando olhamos a geografia da Vida Consagrada, encontramos esse espírito de radicalidade com suas mais diversas expressões. Descobrimos pessoas e comunidades que vivem a se-

creta opção pela radicalidade e fidelidade criativa que supõe a revitalização. Vemos seus frutos no martírio, na prática da profecia, na vivência da fraternidade como núcleo essencial do Reino de Deus, na proximidade com os pobres na forma de vida religiosa inserida, na volta à pobreza evangélica, na missão e espiritualidade compartilhada com os leigos... Descubrem-se alguns lugares onde uma autêntica reestruturação está sendo levada a cabo e outros nos quais se está gestando. O umbral do terceiro milênio convida-nos a passar outros muitos umbrais diferentes daqueles do tempo e do lugar. É um espírito de "re-criação", que se respira com a chegada de um novo milênio¹.

2. O impulso inovador da Vida Consagrada e das novas formas de vida evangélica

Em alguns lugares, já se foi mais longe e, de fato, encontram-se novos paradigmas da Vida Consagrada. Essas formas respondem aos desafios do presente que, como dizíamos anteriormente, o jovem traz no próprio sangue.

Eles pedem obras, estruturas, nova e diferente organização.² Estas deverão ser simples, fraternas, personalizantes, com

pouco peso, claramente orientadas para o serviço da fé, movidas pelo Espírito...

Essas novas formas são condição indispensável da refundação e ajudam a entender melhor seu sentido e a orientar seu processo. Ininterruptamente, têm aparecido na história da Igreja. Têm sido fruto de longos períodos de gestação.

Atualmente, tais formas são mais do que uma cópia daquilo que existia antes; são pequenos grupos, espalhados em vários países, que já superaram os entusiasmos iniciais, mas continuam fiéis a realidades como a inserção, o compartilhar, em níveis diferentes, espiritualidade, missão e forma de vida, fraternidade vivida numa comunidade aberta...

De modo geral, é bom confessá-lo com simplicidade, o remédio procurado ainda não foi encontrado; e, no entanto, continua sendo procurado, uma vez que se intui que existe e que será encontrado um dia; intui-se, também, que algumas obras ou formas de vida foram muito valiosas no passado e ainda exercem uma grande influência no presente, mas intui-se que não servirão para construir o futuro. Tal busca — que, de certo modo, já é um primeiro passo da refundação — é feita com a certeza de que o futuro está germinando no presente.³

II. PERGUNTAS DOS JOVENS E PERGUNTAS DAQUELES QUE ENTRAM PELOS CAMINHOS DA REFUNDAÇÃO

A refundação é um processo e uma ação. Por isso os religiosos maduros fazem uma série de importantes pergun-

tas sobre essa realidade. As mesmas que são feitas pelos jovens ao aproximar-se da Vida Consagrada. Por isso mesmo,

1. "Coloquem-se à escuta do Espírito para, com uma fidelidade feita de volta às origens e, ao mesmo tempo, de atenção aos desafios do momento presente, seguir os passos do Senhor nos umbrais do terceiro milênio" (João Paulo II, Discurso aos participantes no Congresso Internacional de Vida Consagrada. Oss. Romano, 3 de dezembro, 1993, pág. 7); VC 93.
2. Assim, evoca-se uma constatação da história da Vida Consagrada que é critério fundamental para uma refundação.
3. Diariamente, cresce um grande número de religiosos mais desiludidos pela interminável análise histórica de formas passadas de Vida Consagrada e longas prospectivas sobre especulações futurísticas... nossa tarefa é viver aqui e agora (J. CHITTISTER, *The fire in these Ashes*, p. viii).

C O N C I L I O E U R O P E U

uma boa pastoral comunitária leva a viver algo novo e estar com as mesmas interrogações do tempo da fundação de um Instituto. Vamos refletir, sobretudo, sobre as respostas às mesmas.

1. O que é a refundação de um Instituto ou comunidade religiosa?

A palavra refundação leva a pensar em fundação e nos remete à criação e aos fundamentos de algo. Esse algo surgiu uma vez pela ação do Espírito do Senhor e não deve desaparecer; é necessário recuperá-lo, re-instalá-lo, re-escrevê-lo... Mais: terá que re-aparecer, se está oculto. O prefixo "re" no-lo sugere.⁴

— *Vinho novo*

Para aprofundar o sentido da revitalização, vou servir-me da parábola evangélica do vinho e dos odres. Inúmeros Institutos viram que a dinâmica e os objetivos da renovação não lhes bastavam. Não bastavam as batalhas, era necessário ganhar a guerra. Não bastava reavivar o espírito, era necessário recriar as estruturas. **Estou convencido de que o espírito da maior parte dos religiosos é bom; há boa vontade e bons desejos; com frequência, tenta-se e procura-se o melhor: não falta generosidade. Não se faz uma reforma em alguns dias.** No entanto, continua faltando alguma coisa e continuamos escutando que alguma coisa não caminha. É preciso **mais intensidade** para viver o espírito e a graça recebida, de tal forma que se chegue

a re-criar os odres e a vida consagrada tenha tais coração e mente, que a deixe com novo rosto e com as mãos mais postas na massa, com melhores presenças e com os pés em bom caminho.

Creio que o bom espírito, que os diversos programas de renovação chegaram a despertar nas pessoas, foi vinho bom; tentaram colocar Cristo no centro de nossas vidas. Brotou **um grande desejo e, inclusive, uma sadia nostalgia do melhor, do ideal, do buscar a Deus, ou do "só Deus basta"**... Mas as pessoas, cheias de boa vontade, encontraram-se novamente, em 48 horas, numa estrutura de comunidade ou ministério, que não respiravam a mesma coisa e com um contexto cultural muito desafiador e aí terminou a história que tão bem havia começado.

— *Odres novos*

Em muitos lugares, como dizíamos no tópico anterior, foram dados passos importantes para avançar nos processos de renovação. **Agora, a urgência da renovação pede mudança de método e de perspectiva⁵; é preciso alguém que nos ajude a adequar ou re-criar as estruturas.** Não se pode viver um carisma e uma missão sem estruturas adequadas; estas devem estar a serviço do carisma e da missão e, portanto, têm que ser estruturas carismáticas; em si mesmas evangelizadoras, fraternas, simples, claras e transparentes.

Quando faltam tais estruturas, torna-se difícil viver a caridade. Espírito e estruturas devem encontrar-se e acoplar-

4. Esta nota é uma simples curiosidade. O dicionário do WPwin não tem a palavra refundação e, quando oferece a lista daquelas que são parecidas ou próximas, destaca a palavra "refundição". Creio que a imagem que este termo sugere, também ajuda a compreender alguns dos aspectos da refundação.

5. "A mudança que, atualmente, reclama a vida religiosa não é uma mudança superficial e frívola. Houve demasiadas mudanças desse tipo no período pós-conciliar. Trata-se de uma mudança radical, de uma ruptura com os velhos valores e modelos de vida, que já não sustentam a radicalidade. Tem a vida religiosa coragem de romper com muitas seguranças institucionais e materiais? Tem a vida religiosa coragem de fechar obras e projetos já desgastados e trasladar as comunidades e sua missão para os lugares de vanguarda? As comunidades e seus membros necessitam hoje de uma coragem evangélica para a mobilidade geográfica e social em direção às fronteiras" (F. MARTINEZ, *Refundación de la vida religiosa*, San Pablo, Madrid, 1994, p. 312).

se. Com o passar do tempo, algumas estruturas ficaram obsoletas e deixaram de responder e evocar o verdadeiro espírito; bem mais ocultaram-no e fizeram-no desaparecer.

Essa é uma das razões pelas quais a refundação deve chegar, de uma vez, a ser realidade. Refunda-se um Instituto, quando se reaviva o espírito e quando se encontram estruturas, que vão favorecer o viver seu carisma, de um modo lúcido. A urgência que os grupos religiosos têm de uma reestruturação interna e externa é grande. Eles necessitam das estruturas adequadas para encarnar, sustentar e projetar o espírito. Odres novos para o vinho novo e vinho novo para os odres novos (Mc 2,17. 2,22).

Toda verdadeira refundação parte da tensão entre o carisma e as estruturas, tensão vivida no nível das formas de vida e também da missão. Carisma e estruturas não podem anular-se entre si, nem se podem excluir. Entre eles deve haver interação.

— *Vinho novo e odres novos para um jovem e uma jovem novos*

Estamos todos acostumando-nos à linguagem da computação. Vou servir-me de uma imagem, que nos vem desse mundo, para continuar descrevendo a revitalização à qual queremos chegar. Refundar um Instituto é mudar de programa; é colocar um novo programa que processe os dados do carisma, nosso estilo de vida e nossa missão e o faça de um modo diferente; de um modo mais evangélico. É algo assim como passar do DOS ao Windows 95. Não basta mudar a informação e os dados para chegar à meta para a qual estamos apontando; é necessário ir mais longe e mais ao fundo. Não é trocar o pneu do automóvel, quando está furado; é pensar num novo meio de transporte que não tenha esse risco e não

apenas em substituir o pneu; é ver aparecer o invento de um novo meio de transporte, o avião.

A motivação para fazer essas mudanças nos é dada pelo Evangelho e pelo carisma fundante.

Para que se dê essa transformação, é necessário aprender aabençoar e a criticar. O religioso, quando é fiel às exigências da refundação, está onde estão os verdadeiros problemas da humanidade. Durante muito tempo, a Vida Consagrada teve uma cultura universal própria. Agora é hora de inculturar seu carisma na cultura ambiente e dela receber, dando-lhe sentido, forma, mensagem, presença e ação.

De fato, a Vida Consagrada está se afastando da experiência espiritual e cultural do homem de hoje. Por isso, uma vez mais não basta renovar, é preciso conseguir chegar às mesmas raízes carismáticas e aproximar-se do homem de hoje, com um coração cheio de misericórdia, e alcançar que ele se aproxime de nós.

Finalmente, podemos concluir que refundar é fruto de uma intuição de que as novas mudanças sócio-culturais desafiam a Vida Consagrada a mudanças profundas e supõe entrar num processo que leva a essas mudanças.

2. Por que é necessário fazer uma refundação?

Entrar numa comunidade religiosa ou iniciar um processo de renovação é dar um grande passo. E para isso é preciso a motivação adequada. Por que se quer levar a fidelidade criativa até suas últimas conseqüências?

— *Para que a Vida Consagrada seja significativa para o jovem de hoje*

Seguindo o pensamento do tópico anterior, podemos falar de uma ruptura

entre o modo de pensar, sentir, falar, agir e ser do jovem contemporâneo e o que sustenta e propõe a Vida Consagrada. Esta nunca foi conatural com a cultura ambiente, nem se entrou nela por instinto. Mas, poucas vezes, sua proposta foi tão incompreensível para o homem do cotidiano como o é atualmente. Para muitos, ela tornou-se irrelevante, uma vez que lhe falta visibilidade e uma clara identidade social. Na prática, é necessário lutar para viver essa forma de vida. E por isso mesmo, está produzindo um caos. E tomamos caos no sentido bíblico, isto é, no sentido mais profundo; aquele que está relacionado com a falta de sentido, de luz e de sabor e leva consigo a desorientação existencial, insegurança pessoal, grupal e institucional, a inconsistência não querida nem procurada, mas presente.⁶

No passado, quando alguns Institutos chegaram a esse ponto, o caminho de sua revitalização foi a refundação. Assim, novamente, fez-se significativa para aqueles que a viviam e compartilhavam suas inquietações e propostas.

— *Para redefinir as tarefas ou ministérios ou determinados elementos importantes do estilo de Vida Consagrada*

Para os Institutos nascidos em meados do século XIX-XX, fortemente centralizados na identidade que dão às tarefas ou às obras apostólicas, sente-se a necessidade da refundação. Os serviços mudaram e, geralmente, foram levados

a mudar pela cultura e realidade social. Em nosso caso, trata-se de re-significar carisma e conselhos evangélicos num contexto sócio-cultural, no qual não o são; e re-estruturar as tarefas; e renovar o modo de realizá-las.

3. Quem deve iniciar e prosseguir a refundação?

A quem cabe fazer essa renovação pendente, para que se dê a revitalização? Esta pergunta leva-nos a falar dos possíveis **refundadores e refundadoras**.⁷ Os processos culturais passam pelo caos antes de que chegue o êxtase da criatividade. Para entrar nessa criatividade, são necessários verdadeiros refundadores e refundadoras: pessoas que entraram no mistério da Vida Consagrada e dele vivem; criam ou reproduzem os símbolos que provocam admiração e esperança na Vida Consagrada; presidem ritos que, no fundo, são uma celebração da vida, sabem fatos e têm a visão que move para a ação; descobrem os mitos com os quais se explica a origem “divina” e humana da Vida Consagrada e contam-nos; estão convencidos de que o estado mais autêntico de Vida Consagrada é vivido quando nos apoiamos somente no Senhor.

Numa palavra, crêem na Vida Consagrada e nela confessam sua fé e sua esperança; vivem e testemunham um novo modelo no qual se juntam motivações, atitudes e ações concretas, que ajudam a ser e agir de modo diferente do existente até agora. São conscientes de que ani-

6. Às vezes, emprega-se outra metáfora e ao caos se dá o nome de “noite escura”, identificando-o com o não ver claro, com o querer abandonar o projeto e com o deixar de crer nele e de esperar em seu futuro. Outras vezes, empregou-se a imagem de “os tempos de inverno”, uma vez que é um tempo de radicalidade oculta, de crescimento em profundidade e de passagem dolorosa e prolongada para a vida nova. Já se disse também que a imagem do momento atual da vida religiosa é a de estar dormindo e a de estar acostumada a ser uma realidade da noite e a de ter que passar a ser realidade do dia claro; e, para isso, necessita despertar.

7. *Os carismas da vida religiosa na Igreja e no mundo de hoje*. SP, Ed. Paulinas, 1994.

8. ARBUCKLE, G.A. *Out of the chaos: Refounding Religious Congregations*, NY, Paulist press, 1988.

mar a vida Consagrada, neste momento, nem sempre é receber ânimo dos demais.

Não pode faltar a tais pessoas uma alma jovem; capacidade de escutar as vozes jovens e a elas responder, a partir de e com um espírito jovem. Esse aspecto é muito importante para o perfil de um fundador autêntico. De modo mais geral, pode-se afirmar que desaparecerão as Províncias ou Comunidades que não tenham um contato personalizado e institucional com jovens. Sem esses contatos concretos, é muito difícil obter um fruto vocacional e uma verdadeira refundação.

4. Quando se deve fazer uma refundação?

No momento exato. Antes de que seja demasiado tarde, uma vez que diz o dito popular “camarão que dorme é levado pela corrente”. Portanto, é preciso sair a tempo do sonho. Não convém confiar em que o tempo por si só arranja os problemas e traz as soluções. Às vezes, aumenta e multiplica os problemas. Mas, também, não se deve fazer esses processos antes do tempo, nem antes de que sejam necessários. Tem que haver motivo e causa e, logicamente, condições. É preciso respirar no ar que se necessita uma mudança estrutural e um reencontro com a cultura em que se vive. A revitalização profunda de um Instituto não é algo conjuntural. Nem algo que se faz todos os dias, mas, sim, algumas vezes; e, quando assim acontece, é necessário chegar ao fundo das coisas.

5. Como levar a cabo uma refundação e com quais disposições?

É óbvio que há grupos que buscam e querem essa dinâmica da revitalização profunda. Mas não sabem como começar e como continuar. Não é um caminho muito percorrido, nem muito repe-

tido. Não podemos esquecer que é um caminho do Espírito e não há sinais que marcam a rota com precisão. Por isso, alguns conselhos podem vir bem; sobretudo, se se referem às atitudes com as quais se deve fazer esse trabalho.

— *Concentrar-se*

O silêncio não é tanto a ausência de ruído, que muito nos dispersa; é, muito mais, ausência do ego que nos paralisa, por que nos corta a verdadeira fonte da vitalidade. A dispersão não é boa para os tempos de revitalização profunda. Tampouco o “pensamento débil” ajuda avançar. É preciso direcionar o concentrar forças no pouco e no primordial; e no juntar tudo o que está disperso e talvez separado. É necessário unir as energias das pessoas e dos grupos. Pode ser que, quando se pensa em refundação, se sonhe com saltos no vazio, com mudanças em 24 horas e transformações copernicanas, feitas sem uma proposta de processo.

No entanto, o espírito de uma refundação deve estar acompanhado de uma proposta geral clara, ampla — para dar lugar aos sopros do Espírito —, encarnada em realizações simples e inspiradoras, pessoais e estruturais, que permitam transparentar a ação do Espírito.

— *Descentralizar-se*

A harmonia e a força, que se buscam, não se conseguem na base do controle, mas da entrega e da generosidade. Para fazer bem uma refundação, é necessário sair de si mesmo; e a Vida Consagrada tem que sair de si mesma e de seu mundo, daquilo que a protege e, às vezes, a esteriliza; e dar forma a um projeto que responda às necessidades da Igreja e da sociedade de hoje, em fidelidade ao reino do Pai, às intuições dos Fundadores e às necessidades dos preferidos do Senhor, os pobres e marginalizados da ter-

a
i
c
é
n
r
g
e
v
o
c

ra. Com facilidade e, às vezes, sem se dar conta, pode-se viver fora da realidade; e as conseqüências disso podem ser muito sérias.

Num processo de revitalização profunda, é preciso olhar e prestar muita atenção às margens e às periferias, às fronteiras e às pessoas que estão nesses lugares e que nos pedem desestabilizar-nos e sair de nós mesmos. Talvez aí, tenha começado já uma verdadeira refundação e daí cheguem critérios muito concretos e precisos.

— *Centralizar-se*

Centralizar-se no Senhor. Uma Vida Consagrada revitalizada busca espírito e estruturas que correspondam a uma forma de vida centralizada no Senhor e a uma dimensão teológica reforçada e intensificada. Essa disposição poderá ser vista na distribuição do tempo, do espaço, das energias e na qualidade das opções e decisões. Somente a partir daí nasce a radicalidade requerida e somente assim torna-se significativa a presença do Senhor.

A contemplação é a grande força de todo processo de refundação, que pede muitas horas de adoração ao Santíssimo, de súplica simples a Maria e de oração silenciosa e, ao mesmo tempo, de jejum e das diversas expressões de ascese. Dessa contemplação virá uma intuição muito dinamizadora: pertence ao essencial da Vida Consagrada e de sua missão proclamar o amor de Deus e conseguir que a caridade esteja no centro. Faz que sejam mais urgentes os sinais de comunhão que os serviços. Somente uma sociedade fraterna pode ser uma sociedade justa e uma sociedade sem pobres e marginalizados.

6. Quais são os obstáculos que aparecem quando se empreende um processo de refundação?

A resistência à mudança pode ser visível ou disfarçada; mas quase sempre é uma realidade. Realidade que impede ou dificulta enfrentar os fatos objetivos e esgota muitas energias das pessoas decididas. Tais pessoas acabam, no final, reduzindo sua ação a colocar remendos novos num vestido velho. No entanto, nas refundações, trata-se de tocar não apenas os sintomas, mas, também, as raízes dos problemas; assim, chega-se a identificar o que está no coração da Vida Consagrada e da intuição fundante; e a entrar num processo lento, penoso, exigente e arriscado, que conduz a uma nova vida.

— *Obstáculos provenientes da dificuldade de aceitar a criatividade*

Entre os obstáculos que vêm da criatividade, é preciso destacar o restauracionismo. Às vezes, prefere-se essa opção à da refundação. Em outras palavras, prefere-se o mau conhecido ao bom que ainda não se conhece. No entanto, quando se chega às raízes dos problemas, a partir da ótica do Evangelho, vêem-se “mundos novos” e sente-se a necessidade de revitalizar em profundidade. Esse movimento pede criatividade.

— *Obstáculos provenientes da dificuldade de assumir a fidelidade*

Não há dúvida de que é necessário procurar terra firme para tomar posição diante do novo. Entre os muitos obstáculos, é preciso destacar aquele que vem da confusão que se dá, em alguns grupos, sobre o núcleo fundacional carismático. Para que um Instituto possa esclarecer e re-situar seu carisma, tem que conhecê-lo. Para inculturar algo, é necessário saber que é o que se quer inculturar. Somente assim, chega-se a delinear um possível modo novo de atuar. O modelo ou modo de como se quer viver hoje a Vida Consagrada pede uma reflexão em

relação com a intenção fundacional do Fundador. A clareza sobre a visão fundante é muito importante.

— *Obstáculos provenientes da dificuldade de colocar juntas fidelidade e criatividade*

Quando se dá essa dificuldade, aparece o obstáculo de não querer “soltar” ou deixar. Existem aqueles que crêem na imortalidade das coisas e das instituições e das pessoas. Custa-lhes muito entrar na dinâmica evangélica do morrer para ressuscitar, ou naquela mais simples de perder para ganhar. É preciso aprender a arte de saber chorar, a habilidade de reconhecer que se perdeu algo e procurar visualizar o que se ganhou. Por fidelidade e criatividade, todo processo de revitalização profunda pede-nos deixar; e chorar um pouco o que se deixa; temos que sentir o fechar, o partir, o sair.

Outra dificuldade que nasce dessa mesma perspectiva consiste em esquecer as mediações. Mediações que são muitas e de grande volume; entre elas, é preciso contar a do tempo, a formação recebida, a atividade desempenhada, o lugar no qual se está...; mas são mediações e não podem marcar o rumo da marcha da refundação, uma vez que nesse caso seriam convertidas em refundação.

7. **Quais os frutos que se podem esperar da refundação?**

Esses frutos deveriam ser percebidos em três níveis diferentes. Mas, antes de entrar na descrição de cada um deles, é importante recordar que a refundação é um processo e se trata de acompanhá-lo para que dê seus frutos nos níveis mais diversos e em tempo oportuno.⁹ Se queremos um futuro, teremos que pagar um preço para tê-lo.

1. *Em cada pessoa*

É preciso semear grandes desejos nas pessoas; isto é fundamental. Assim, será reavivada a primeira chamada recebida e se recordará a vocação pessoal engastada no carisma do próprio Instituto e no coração do carisma evangélico. Estes anos de pós-concílio permitem-nos fazer um balanço e ver aquilo que renovou nas pessoas e o que não produziu esse fruto. Renovou nas pessoas, sobretudo:

- o redescobrimento pessoal da Bíblia;
- a proximidade e o serviço aos pobres;
- a volta às fontes do próprio Instituto;
- os processos vividos de inculturação;
- o partir às missões;
- um novo ministério;
- uma comunidade fraterna e missionária.

9. Em algum momento, quis resumir tais frutos com um esquema muito simples e diferente daquele que se propõe. A história da Vida Consagrada nos diz que esta, como toda a Igreja, sempre procurou os lugares fronteiras para surgir ou para ressurgir; e quando fez isso, deu-se um triplo elemento: O elemento do desafio, uma vez que algo interior ou exterior estava aí para suscitar iniciativas ou formas novas; o elemento de ruptura com uma instituição ou estrutura, do qual nasce o desejo e inovação; o elemento de continuidade, específico de um determinado tipo ou forma de Vida Consagrada, que assegura a consistência e permite a integração, a adaptação e o êxito. Esses três elementos se dão em todo processo de refundação; é importante chegar a visualizá-los (Cf. G. BEDOUELLE, “La vie religieuse et les frontières”. In: *Vie Consacrée*, 1994, pág. 7-22). Importa saber como se apresentarão esses três elementos, frente ao séc. XXI; sabemos como se foram apresentando nos diferentes momentos da história e, de modo especial, nos séculos XIX e XX.

2. Em comunidade

O religioso é membro de uma comunidade; é aí, onde está plantado e onde surgiu sua vocação, onde deverá crescer essa semente que já brotou, esse espírito que já tocou o coração e a mente. Uma pessoa renovada necessita de comunidades refundadas; comunidades que, em seu ambiente e em sua estrutura, transparentem o espírito que descrevíamos antes.

De certo modo, a renovação começa com a dimensão comunitária e pública, com a dimensão missionária e de testemunho. **Como é uma comunidade que potencia as pessoas com desejo e, às vezes, com saudades de viver a Regra e o Evangelho, e com vontade de ser feliz? Como é uma comunidade, na qual as pessoas se vêem reforçadas em seu espírito religioso?** Não há dúvida de que uma nova forma de vida comunitária surgirá da refundação, que, por sua vez, a tornará possível.¹⁰

3. Em cada Província ou Instituto

Como é um Instituto em refundação? Como é uma Província que responde às fortes aspirações de renovação das pessoas e das comunidades?

Começemos pela perspectiva negativa. O Instituto, que não fez essa opção, tem obsessão pelo passado, coloca sua energia nos edifícios, concentra suas forças nas instituições ou obras, parte dos documentos e dos papéis e não da vida, mantém vivo o que está para morrer,

opta pela sobrevivência; pretende ser igual a todo mundo, sem qualquer originalidade ou ar de família, tem respostas pobres diante de grandes inquietudes.

Mas, ao olhar para um Instituto ou Província em caminho de refundação, percebe-se que não o preocupa a subsistência; interessa-lhe olhar, sobretudo, o que emerge e é fonte de vida. **Optar seriamente pela fidelidade criativa é recriar e re-forçar e não tanto rejeitar ou destruir.** Nesses Institutos, há três direções claras:

— Procura-se, com simplicidade, a “visibilidade”. Há tentativa de que as opções sejam corporativas e que suponham estímulo para o conjunto do corpo, do grupo; e, inclusive, para as pessoas que nos rodeiam.

— Procura-se que tudo seja **intencional**. A intencionalidade une-se à clareza, na direção que se oferece ao grupo. Há um foco na ação e no modo de viver o carisma.

— Procura-se, através do **discernimento cultural**, uma resposta adequada à cultura ambiente. Essa resposta não parte, nem fica no nível sócio-político, mas chega ao nível espiritual, no qual se encontra fome e sede de Deus, busca — às vezes, trabalhosa — do sentido da vida, da liberdade, da justiça, da fraternidade.

E chegamos, agora, a um ponto crucial e, em alguns casos, primordial: as obras. Falemos dos ministérios e das presenças. As obras têm que ser reconvertidas e, em alguns casos, também a missão.¹¹

10. CARMELITA FREITAS, “Qué vida comunitária surgirá desde la refundación?”. In: *Testimonio*, n. 173, mayo junio 1999, pág. 46-52.

11. “A missão evangelizadora não pode morrer, porque pertence à essência ou à natureza da Igreja. Mas algumas obras e tarefas apostólicas podem e devem morrer, assim como outras devem nascer, seguindo o ciclo morte-vida, característico de toda história humana. Ou porque desaparece a necessidade, ou porque são tarefas de suplência e outro órgão responsabilizou-se da necessidade. Neste sentido, é compreensível que determinadas congregações religiosas vejam perigar sua missão específica e, conseqüentemente, cada vez lhes é mais difícil definir seu carisma.” F. MARTINEZ, *Refundar la Vida Religiosa*. Ed. San Pablo, Madrid, 1994, p. 307.

III. PROPOSTAS DOS JOVENS E DAQUELES QUE QUEREM A REFUNDAÇÃO

Esta é a grande proposta dos jovens: a refundação é algo que deve nascer, é uma tarefa pendente, exame postergado. A refundação é uma ação que se transforma num processo. Os jovens percebem-no. É preciso levá-la a cabo, no momento oportuno e de tal maneira, que produza bom fruto.

Em relação à ação a ser empreendida, chegam algumas observações dos jovens:

1. A refundação é possível e necessária

A Vida Consagrada é possível, conveniente e necessária para a Igreja; e tornará felizes muitos homens e mulheres. Santa Teresa chega a perguntar-se: o que seria do mundo, se não existissem os religiosos? (Livro da vida, c. 32, 11). Por isso, procuramos renovar-nos, adaptar-nos, voltar às origens, às fontes; numa palavra, procuramos melhorar e transformar a vida de nossos Institutos.

2. A refundação é difícil

Há alguma coisa na qual todos coincidem, quando falam da refundação: é algo difícil. Pouco caminho foi feito em direção a essa meta; os caminhos de renovação nos deixaram, como dizíamos, a meio caminho e, em parte, estão desgastados. Muitas coisas foram mudadas, mas em longa escala, não se conseguiu mudar nada; "a vida continua igual"; os documentos demonstraram sua ineficácia

em produzir transformações reais. Muitos Institutos podem afirmar a mesma coisa que dizia G. K. Chesterton, quando respondia a certas acusações feitas ao cristianismo. O problema não está em que seu carisma ou seus documentos tenham fracassado; o problema é que ainda não foram experimentados.

A maior parte da Vida Consagrada do passado nasceu num contexto de sociedade difícil, mas crente. As pessoas acreditavam na proposta cristã e na Vida Consagrada. Agora, estamos numa sociedade, na qual ser cristão pouco significa, tanto no oriente como no ocidente e tanto no sul como no norte.¹² Menos ainda significa ser religioso; é uma realidade à margem. Nesta sociedade e nesta cultura, é necessário tornar a Vida Consagrada significativa. É necessário formar para ela e nela trabalhar. Nela, deve-se rezar e anunciar o Evangelho e situar a missão. Aí brotam as especiais necessidades do religioso e do crente.

Nessas circunstâncias, será necessário buscar os "feridos", ou "marginalizados" da sociedade. Essas condições culturais levam a uma mudança de linguagem e de método; em alguns casos, a uma mudança de destinatários da missão; e, em todos, a uma mudança de estilo e de método. Tudo isto torna possível, conveniente e necessária uma séria revitalização que, logicamente, pede uma significativa reestruturação, difícil de levar a cabo.

12. De fato, os grupos que continuam nas camadas das sociedades, nas quais ser cristão significa muito, têm vocações religiosas e se multiplicam. Essas camadas existem em todos os países. Dessas camadas, alguns Institutos recrutam e estão satisfeitos.

“PÕE EM PRÁTICA O QUE COMPREENDESTE E ENTENDERÁS O RESTO”

Não se pode deixar de perceber o empenho e vontade dos Religiosos, deste final de século, de encontrar a forma de viver radicalmente a vida religiosa; e de fazê-lo de tal maneira que, no seio da Vida Consagrada, se dêem a fecundidade e a criatividade. Mas é muito bom recordar que, no fundo, tudo é graça e esperança na Vida Consagrada.

Nestas reflexões, procurei ser crítico e construtivo, porque tenho uma grande convicção. A convicção da importância do dom carismático e profético da Vida Consagrada para a sociedade e para a Igreja. Procurei ver isto encarnado nos grupos de jovens que se aproximam da Vida Consagrada. Eles são graça e mediação do dom para um Instituto. Sei também que não são anjos e têm suas debilidades, mas trazem seiva nova e se convertem, também eles, em sementes do Reino, que a Vida Consagrada quer encarnar.

Esses jovens estudam com seriedade, mas sem angústia, tiram tempo para

conversar, fazer festa e desfrutar, para visitar encarcerados e enfermos de AIDS e para estar próximos dos excluídos e dos que significam pouco para a sociedade; têm um estilo de vida comunitária marcado pela fraternidade, a comunicação profunda a nível pessoal.

Um processo de refundação serve para renovar e refazer a aliança entre o carisma, que é a planta, e a cultura, que é o terreno; o terreno não quer ser estéril e o carisma procura ser fecundo. Para consegui-lo, tem que haver sintonia. E não nos esqueçamos: também será difícil fazer desaparecer a Vida Consagrada. A partir desta cultura, na qual há dureza e resistência, mas também solidariedade e generosidade, os religiosos e as religiosas podem chegar a desfrutar a plenitude do meio-dia, depois de haver passado do ocaso à alvorada. E, nesse novo dia, os jovens se somarão à sua caminhada.

TRADUÇÃO: MAGDA F. DE QUEIROZ

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Que papel os jovens estão chamados a desempenhar na tarefa da refundação da Vida Consagrada?
2. Na sua Congregação (Província) esse papel é reconhecido e valorizado? De que maneira?
3. Que se pode fazer nas comunidades para que as diferentes gerações assumam, de fato, o empenho da refundação?

O Advento e a Pessoa de Maria

IRMÃ LINA BOFF, SMR

I. SIGNIFICADO DO TEMPO DO ADVENTO PARA A VIDA CRISTÃ

O advento é considerado um tempo litúrgico forte, caracterizado pela presença atuante de Maria que responde à proposta do Pai no mistério da Encarnação de Jesus, pela força do Espírito Santo. Temos aqui toda a Comunidade divina que se revela aos povos de todas as raças e nações e o lugar dessa revelação encontra espaço em Maria de Nazaré. Os textos litúrgicos do Advento exprimem uma aguda tensão entre a espera da manifestação gloriosa do Senhor no fim dos tempos (parusia), e a alegria de sua vinda em nossa condição humana, nascido de mulher (cf. Gl 4,4), para revelar-se a todas as raças humanas e a toda a criação de todos os planetas que possam existir.

A Reforma Litúrgica do Vaticano II quis, conscientemente conservar o significado desse tempo como espera do Cristo glorioso em sua segunda vinda no meio de nós, que vai do primeiro domingo do Advento ao dia 16 de dezembro, tempo no qual se evidencia a segunda vinda do Senhor ou o Advento escatológico. E a vinda do Salvador como espera vigilante e alegre, tempo que vai do dia 17 a 24 de dezembro, chamado também Advento natalino por ser preparação próxima ao

Natal. Neste tempo emergem três figuras de grande alcance para a espiritualidade cristã, e com maior evidência para a espiritualidade litúrgica de toda a vida eclesial e nesta terá acento especial a da Vida Religiosa do Brasil e de todo o nosso extenso Continente.

A primeira é a figura do profeta *Isaiás* que com seu anúncio de esperança peregrina alimenta a nossa espera ardente, vivida com impaciência e até certo ponto angustiada, pois o povo está cansado de esperar por dias melhores, por dias cobertos e derramados de salvação de acordo com a promessa. *Isaiás* é o profeta que pela força de sua fé e o vigor de sua palavra domina toda a história do profetismo hebraico.

A segunda figura é a do *Batista*, o último dos profetas até Jesus. Ele nos coloca no verdadeiro espírito do Advento e nos exorta à vigilância e à perseverança. É o sinal da intervenção de Deus em favor de seu povo, que como precursor tem a missão de preparar os caminhos do Senhor. O Senhor é o Messias esperado que está para chegar na pequenez da nossa humanidade e na força da sua divindade escondida, mas presente e

atuante, sem contudo tirar-lhe a liberdade como Filho de Deus e Salvador de toda a criação.

A terceira figura é a de *Maria* que se inscreve no mistério da Encarnação enquanto revelação do projeto arcano do Pai desde todos os séculos dos séculos (cf. Rm 16,25-27), mistério que encontra espaço para se revelar em Maria de Nazaré. Na medida em que se aproxima o Natal, a atenção se polariza para o mistério da Encarnação, e é a partir deste mistério que Maria emerge para o primeiro plano.

O Ofício das Leituras oferece ao povo de Deus, especialmente às pessoas que de modo peculiar estão consagradas ao Senhor, meditação mais substanciosa da Sagrada Escritura e as melhores páginas de autores espirituais. Esta reflexão parte dos textos da Liturgia das Horas que já estamos utilizando nos tempos de oração comunitária de toda a Igreja. Daremos especial atenção às leituras dos Padres da Igreja que nos são oferecidas pelo

próprio Ofício das Leituras, aquelas que fazem referências explícitas à Maria como mãe do Messias, o Esperado do povo de Israel. Esta celebração, embora conserve a índole de louvor noturno, pode ser adaptada e celebrada em qualquer hora do dia. Nas primeiras três semanas é utilizado o *Primeiro livro de Isaías (Is 1-30)*, conhecido também como *proto-Isaías*; ao passo que na última semana de 17 a 24, é utilizado o *Segundo Isaías ou o Livro da consolação (Is 40-45)*, que anuncia enfim, iminente o novo êxodo e a salvação messiânica.

O espírito do Advento, ao unir a esperança messiânica e a vinda gloriosa de Cristo com a presença atuante de Maria, impede qualquer tendência de separar o culto à Virgem do seu ponto central que é Cristo. As leituras dos Padres da Igreja nos ajudarão a penetrar no mistério da Encarnação de Jesus, sem excluir ou silenciar o mistério de Maria que coopera neste projeto salvífico.

II. MARIA, LUGAR DA REVELAÇÃO DO PLANO SALVÍFICO: BREVES INDICAÇÕES

Maria como lugar da revelação do Plano salvífico do Pai tem seu início aqui na terra com a Encarnação. Por isso deve-se evidenciar a relação de Maria com o mistério do Verbo e ao mesmo tempo a sua cooperação na história salvífica. Esta relação e esta cooperação nos vêm como que "de dentro" da celebração mesma que a Igreja faz nesse tempo, e não como um acréscimo devocional ou um adendo ao texto litúrgico da celebração das Horas. Fica claro que Maria é o lugar determinado pela Comunidade divina da revelação do mistério da Encarnação. Este ocupa o centro da Liturgia das Horas, sendo considerado como mistério central da liturgia do Advento; a este mistério Maria está particularmente inserida por ser *lugar eminente* da revelação desse

mistério e pela sua consciente e total adesão a ele.

Junto com seu povo, Maria vive intensamente a espera vigilante do Libertador que vai realizar as expectativas do povo. Aprofunda-se nos textos proféticos e abre-se para a escuta da palavra que o Senhor tem a lhe dizer. Os textos do profeta Isaías, por exemplo, abrem o tempo do Advento com um forte apelo à conversão (Is 1,1-18); e concluem este apelo com o anúncio exultante da salvação (Is 51,17-52,2-7). Dentre os profetas, Isaías oferece as páginas mais densas de significação porque nelas se encontra um eco da grande esperança do povo de Israel, esperança alimentada e curtida durante milênios de sofrimento da sua história.

Os textos de Isaías proclamados durante o tempo do Advento anunciam a todos os povos a esperança de dias melhores e de tempos favoráveis à paz, à justiça, as quais têm como sinal de conversão a melhor distribuição dos bens entre os povos de todos os continentes. Maria nos manifesta esta sua sensibilidade espiritual e esta sua consciência histórica, sobretudo quando proclama o Cântico do Magnificat em seu encontro com Isabel, que veremos adiante.

Aliás, o advento é predominado pela leitura dos textos isaianos com o acréscimo de outros poucos livros do AT. Junto com os textos do profeta Isaías temos a riqueza das Leituras dos Padres da Igreja, referentes à presença atuante de Maria no mistério da Encarnação, ponto central desta reflexão, como referimos no início. Tomaremos as indicações de maior alcance mariológico dentro do mistério de Cristo que vem a nós como o Messias Libertador através de Maria de Nazaré, mulher do povo, a bendita do Altíssimo. Em tal caminho de fé, a cooperação de Maria como lugar da revelação do Messias davidico, nos levará a considerações e aprofundamentos que nascem do estímulo da fé e da espera vigilante que tomam conta de toda a humanidade, na pessoa coletiva do povo de Israel.

1) O Advento na história da salvação

A história humana se realiza como história da salvação mediante a comunidade concreta da Igreja enquanto povo relacionado com a Comunidade divina. Esta é a autora e o fim de toda a história (cf. Jt 9,5s). Do momento em que, começando pela criação, cada fato é visto em relação a outro fato, o tempo se torna história da salvação. Do momento em que, a ação salvífica da Comunidade divina não é concluída, mas no futuro será superada e concluída, o tempo tem uma

dimensão, a criação não é uma premissa, mas o primeiro ato da história da salvação; como todo o AT não pode ser lido e interpretado como uma preparação histórica para o mistério da Encarnação do Verbo, assim também tudo o que foi criado é já aquela economia salvífica que tem seu início em Cristo.

Na humanidade de Jesus se realizam os mistérios da história da salvação, considerados na sua profunda unidade e totalidade, na sua dinâmica dimensão escatológica. Se o centro de toda a história da salvação é Cristo do qual tudo provém e para quem tudo converge, ele então é a chave de leitura do inteiro projeto salvífico da Comunidade divina, desde a criação até a sua última manifestação gloriosa, na *parusia*. Todo o povo de Deus como Igreja vive esta tensão e esta espera na vigilância e na alegria. Por isso a Igreja toda reza com fé: *Marana Tha, Vem, Senhor Jesus* (Ap 22,17.20).

2) Maria faz experiência dessa história

A Comunidade divina entra na história e coloca em causa a pessoa humana. A primeira pessoa a ser colocada em causa é mesmo Maria de Nazaré. Colocada frente-a-frente com o anúncio que ausculta, abre-se para fazer a experiência de um Deus que se revela no Filho que ela traz em seu seio pela força do Espírito que já a habita. Maria é portanto, o lugar concreto de onde esse Deus Comunidade fala por seu Filho Jesus (cf. Hb 1,1s); Maria cria espaço para que o mistério escondido (cf. Ef 3,5) deixe de ser um sinal indicativo para se tornar uma realidade da ordem da fé e da graça, isto é, uma realidade *transparente*; uma realidade que ocupe o lugar que Maria cria dentro de si mesma, para que o Deus Comunidade divina se aproxime da criatura humana e de toda a terra

com sua rica criação. A esta Comunidade divina Maria responde com sua fé: *Eu sou a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra* (Lc 1,38). Porque acreditou, é a mulher bem-aventurada.

Com essa resposta Maria conclui a revelação começada no AT, e concentra-a agora em Cristo, autor e objeto dessa revelação. Através da maternidade divina, Maria abre para toda a humanidade a revelação no seu sentido pleno, a revelação inteiramente humana e inteiramente divina, a revelação que começa com Jesus, o Novo Testamento da história salvífica. A revelação do NT é também trinitária: Deus Pai envia seu Filho para redimir a raça humana e toda a criação, na corporeidade de Maria, e o faz na força do Espírito que envolve o ato criador da Comunidade divina.

Deste modo, a chegada de Jesus, primeiro Filho de Deus e em seguida Filho de Maria, cria em sua própria vida e em sua própria pessoa, um lugar onde a promessa feita ao povo de Israel dá a conhecer o seu real conteúdo na realização dos fatos históricos. Tais fatos são como que a parte externa visível do plano salvífico. Jesus explicou com suas palavras o sentido dos fatos que construíram a história da salvação, e Maria entrou de cheio nessa explicação e ensinamentos do seu Filho, penetrou no miolo da sua verdade e transparência, ruminou todas as palavras, os ditos e esteve atenta a todos os gestos dele, não só como mãe, mas como discípula que faz a vontade do Pai manifestada no Filho.

Finalmente, Maria sempre esteve inserida na crescente compreensão da história salvífica anunciada pelos profetas. A reverente posição soteriológica de Maria na obra salvífica, nos leva a sua direta invocação, em virtude da nossa confissão de fé na Ressurreição de Cristo. Este mistério faz com que toda a Igreja

enquanto povo, tome consciência da dimensão escatológica da vida cristã, sem contudo reduzir ou diminuir o compromisso que temos de redimir essa história e preparar o Reinado definitivo na matéria desta terra. Maria testemunha sua experiência na história da salvação quando proclama o Magnificat, cântico no qual reconhece a obra salvífica da Comunidade divina com relação à raça humana. Diante da atuação divina, toda a criatura se abandona atônita e comovida ao louvor, ao agradecimento e ao júbilo: o Magnificat proclamado por Maria é exatamente a resposta mais plena que a humanidade pode dar ao gesto de amor e de predileção que Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo realizam na história salvífica de seu povo.

3) Maria, "exegese" viva da Encarnação: em que sentido

O mistério da Encarnação é lido através daquilo que se cumpre em Maria levando em consideração aquilo que foi intuído ou sugerido nos escritos referentes à vinda do Libertador de toda a raça humana pelos profetas do Antigo Testamento. Cabe aqui lembrar que os textos do Antigo Testamento são interpretados à luz da fé cristã, a partir da obra salvífica do Pai realizada em sua plenitude na morte e ressurreição de Cristo. Deixa-se claro, portanto, o fato de que a intenção dos distintos autores de tais textos, tanto do Antigo como do Novo Testamento, escrevem com o seu propósito estabelecido e brotado do contexto histórico-social de seu tempo; fato que nos leva a considerar o nosso contexto histórico-social muito distinto do contexto descrito e narrado por eles. Depois deste esclarecimento pode-se partir para uma reflexão de natureza teológica espiritual, reflexão esta pensada e feita na ótica da teologia que leva em conta a mariologia

condição da Novo Testamento e refletida pela teologia do Vaticano II até os dias de hoje.

Maria de Nazaré é colocada no horizonte das alusões que são feitas aos eventos do AT, as quais preparam a vinda do Messias e no horizonte das passagens proféticas densas de sentido que anunciam o tempo da espera vigilante do Libertador do povo de Israel do cativo da Babilônia. No NT, Maria passa a ter uma relação direta com o mistério da Encarnação do qual constitui "exegese" viva. Significa dizer que Maria não é simplesmente uma mulher que tem uma função, mas é uma pessoa livre, e é

como tal que coopera no mistério de toda a Comunidade divina. Ela testemunha o cumprimento da promessa feita no AT e anuncia, com sua maternidade, a realização da plenitude dos tempos, revelada na pessoa de Jesus que inaugura o NT.

À luz da revelação que se plenifica em seu filho Jesus, Maria é a ícone do sentido penetrante da história, sentido que nos dá a sensibilidade escatológica presente e futura do Advento. Maria se faz presente na vida cristã pela sua inserção no mistério inteiro de Cristo. É assim que os Padres da Igreja falam de Maria na sua reflexão espiritual e teológica.

III) OS PADRES DA IGREJA FALAM DE MARIA COMO LUGAR DA REVELAÇÃO DO PLANO SALVÍFICO

A teologia dos primeiros séculos do cristianismo mostra o seu caminho de reflexão e de sistematização mariológicas, buscando sempre um princípio teológico que coloca Maria no quadro da unidade e da coerência do plano salvífico. O *corpus marianum* dos primeiros tempos da Igreja até a Idade Média, nasce sob os fortes estímulos da exigência de apresentar o dado bíblico no quadro da profissão cristológica por um lado, e, por outro, levar em consideração o progressivo desenvolvimento do culto e da piedade mariana no meio do povo.

Estes dados, porém, nascem de uma única raiz: o mistério da vinda do Filho de Deus na carne como fundamento sem o qual tudo se disperde e se obscurece. Os Padres e os escritores do tempo antigo levaram sempre em grande consideração a cooperação de Maria no mistério de Cristo. O valor dos seus es-

critos é permanente, porque os Padres da Igreja são as testemunhas qualificadas da fé ininterrupta, os pioneiros da pesquisa teológica, e neste sentido, pode-se afirmar a significação salvífica de Maria na inteira história da salvação.

1) Maria, lugar da primeira vinda de Cristo

Na primeira semana do Advento, em uma das *Catequeses de São Cirilo de Jerusalém, bispo do século IV*¹, ele fala das *duas vindas de Cristo*. Fala da primeira intimamente conectada com a segunda, esta, muito mais gloriosa.

Os sinais da primeira vinda do Senhor revestem-se dos aspectos de sofrimento, de pobreza, de humildade: ele é envolto em faixas e reclinado num presépio; suportou a cruz sem recusar a ignomínia; veio na fraqueza da carne e conviveu conosco; guardou silêncio quando tinha autoridade para falar; veio para realizar

1. AA.VV. *L'ora di lettura commentato dai padri della chiesa/1*. Ediz. Dehoniane-Bologna 1976, 24-29. Cirilo nasce em Jerusalém em torno do ano 313. Foi bispo de Jerusalém, exilado por três vezes por defender suas idéias teológicas. Como bispo foi um verdadeiro pastor. Era mais homilético que polêmico e teólogo especulativo. Pode-se caracterizá-lo como *testemunha da tradição*.

um desígnio de amor, ensinando a todos com persuasão e doçura, nem todos porém, o aceitaram. O bispo de Jerusalém nos escreve que tudo o que concerne a nosso Senhor Jesus Cristo tem quase sempre uma dupla dimensão, um duplo nascimento: primeiro Cristo nasceu Deus, antes dos séculos; depois da Virgem, na plenitude dos tempos (cf. Gl 4,4)²; assim também uma dupla descida: a primeira discreta como a chuva fina que cai mansamente sobre a relva; a segunda, no esplendor, que se realizará no futuro.

Os sinais que revestem a segunda vinda do Senhor são a glória, a realeza, o equilíbrio, a justiça e a piedade. Aliás, um primeiro tema colocado em destaque é o da vinda escatológica de Cristo: uma vinda da qual ainda não se conhece a data, para a qual toda a pessoa de fé é exortada continuamente à vigilância e à perseverança, não obstante os eventos mais ou menos trágicos da vida e as provas do rotineiro cotidiano, para se chegar à pátria eterna. Esta é uma figura que inspira a caminhada do povo de Deus em direção à terra prometida.

Como povo de Deus em caminho, desejamos ardentemente compreender que o Cristo, assim como veio uma só vez a este mundo, revestido da nossa carne, também está disposto a vir de novo, a qualquer momento, para habitar espiritualmente em nossos corações trazendo-nos a sua justiça, a sua verdade e a sua paz.

Por isso, a Igreja nos dá este tempo do Advento para enriquecer nossa vida terrena e espiritual com preces, celebra-

ções, hinos, cânticos e leituras apropriadas, e receber com coração agradecido os benefícios deste tempo santo, de modo que nos preparemos com solicitude para a grande chegada do Senhor. Os Patriarcas do Antigo Testamento, os Profetas, as Matriarcas, Isabel e Maria de Nazaré nos ensinaram, tanto em palavras como em exemplos, a preparar a vinda do Enviado das Nações na espera vigilante e com júbilo no coração.

Maria é o lugar da vinda de Cristo em dois sentidos: primeiro, pelo seu SIM dado à Comunidade divina. Com esta adesão, Maria torna visível no meio de nós um Deus Comunidade de amor através de Jesus Cristo que é o Filho de Deus, *o visível do Pai* (cf. S. Irineu) e obra criadora do Espírito; segundo, porque a corporeidade³ de Maria se torna o lugar concreto da visibilidade de Jesus em três dimensões: na dimensão do Espírito que realiza em Maria a promessa messiânica do AT; na dimensão do mistério da Encarnação que começa em Maria os sinais autênticos da revelação do desígnio arcano do Pai (cf. Rm 16,25-27); e na dimensão da contemplação do Deus como Comunidade de amor e, portanto, relacionada, que Maria antecipa, para que esta Comunidade revele a sua maternidade-paternidade divinas, já nesta terra, em vista do Reino definitivo.

2) Maria, lugar do admirável intercâmbio

São Gregório de Nazianzo, bispo do século IV⁴, numa das suas célebres orações, a *Oratio 45*, intitulada *Ó admirá-*

2. Cf. NAVARRO, Mercedes Puerto, "Nacido de mujer (Gal 4,4.): perspectiva antropológica", in *Ephemerides Mariologicae* 154, vol XLVII octubre/diciembre 1997, pp. 327-337.

3. Cf. BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano - compaixão pela terra*. Edit. Vozes, Petrópolis, 1999, pp. 142-143: Nas ciências contemporâneas prefere-se falar de *corporeidade* para expressar o ser humano como um todo vivo orgânico. Fala-se de homem-corpo, homem-alma para designar dimensões totais do humano.

4. *Ibid.*, pp. 48-49: Gregório de Nazianzo pertence à tríade dos *grandes capadócijs*, o grupo mais significativo de teólogos pela originalidade de suas idéias. Nasceu em torno do ano 329/30 e levou uma vida com muitos percalços de altos e baixos. Na escola pagã de Atenas foi grande amigo de Basílio. Foi designado bispo de Constantinopla

vel intercâmbio, faz um único destaque referente a Maria. Começa a sua oração sobre esta admirável troca que se dá entre a divindade de Jesus e a nossa humanidade sujeita ao pecado. O Filho do Pai vem em nossa ajuda fazendo-se um de nós em tudo, menos no pecado. Para chegar à nossa natureza humana, é concebido por uma Virgem, já santificada pelo Espírito no corpo e na alma, para honrar a maternidade e ao mesmo tempo exaltar a excelência da virgindade como integração total da pessoa humana, e assume a humanidade sem deixar de ser Deus; une em si mesmo duas realidades contrárias, a saber: a carne e o espírito. Deste modo amalgamadas, interpenetradas uma na outra, as duas realidades tornam-se uma única realidade, que é a realidade divina.

Pelo mistério amante de Deus, Pai Filho Espírito, Maria é chamada a viver a alteridade e o encontro através de sua cooperação à história salvífica; e é chamada também a relacionar-se com as Pessoas divinas no sentido próprio e explícito da dialogia nupcial. É da sua cooperação como mãe de Cristo que ela consegue o fruto de uma nupcialidade teândrica⁵. Neste âmbito, Jesus, aquele que nos enriquece, torna-se pobre, aceita a nossa pobreza para que possamos receber os tesouros da sua riqueza que é a divindade. Cristo, que possui tudo em plenitude, aniquila-se, despoja-se de sua glória para que nós participemos de sua plenitude em riqueza. Maria é consciente de que é espaço acolhedor e lugar das núpcias inscritas na sua carne para o des-velamento deste mistério. Espera, confiante e intrépida, consumir essas núpcias com o Deus Trino.

Paulo ao escrever aos Coríntios faz esta reflexão: "...conheceis a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo, que por causa de vós se fez pobre, embora fosse rico, para vos enriquecer com a sua pobreza" (2Cor 8,9). É mesmo a partir desta frase de Paulo que os Padres da Igreja antiga elaboraram a chamada "*teologia do intercâmbio*", e a aplicaram de modo particular ao mistério natalício. A função de Maria nesse projeto é a de ser o ponto de encontro entre a riqueza da Comunidade divina e a pobreza da condição humana e nela por primeiro esse intercâmbio admirável produziu seus efeitos extraordinários: dela o Filho de Deus tomou corpo humano, dela Jesus recebeu a experiência dos afetos, e com ela compartilhou por longos anos a vida cotidiana com todas as suas limitações e fadigas. Mas Deus Pai fez dela a primeira criatura redimida doando-lhe a vida divina que Maria assumiu para além da morte.

Maria torna-se lugar no qual coloca toda a sua pobreza à disposição do projeto salvífico da Comunidade divina para realizar essa troca admirável. Nesta experiência, Maria nos precede e nela nos inspiramos para nos abirmos ao admirável intercâmbio: precisa dar da nossa colaboração e da nossa disponibilidade; precisa ter consciência dos nossos limites, humildade de reconhecer-nos por aquilo que somos; precisa colocar a nossa liberdade e a nossa vontade a serviço da vontade do Pai que, em Cristo se revela definitivamente, pela força do Espírito iluminador. Numa palavra, o *admirável intercâmbio* consiste na nossa real e íntima participação à divina natureza do Verbo.

mas foi obrigado a abdicar. Voltando à sua cidade natal, Nazianzo, viveu seus últimos dias na paz, na ascese e na contemplação. A produção poética, expressão da idade madura, é de caráter autobiográfico, teológico e ético. É conhecido pelos gregos como o *Demóstenes cristão*.

5. Cf. MILITELLO. Cettina. *Nostra donna coronata di dodici stelle*. Edizioni Monfortane, Roma, 1999, pp. 25-27; 55s.

O poema do abaixamento de Cristo proclamado pela comunidade de Éfeso 2,6-11, principia no céu como vimos, encarna-se em Maria e encerra-se no céu, de onde começou, com a exaltação. Pelo mistério da Encarnação e a cooperação direta de Maria, Cristo supera todo o limite da humilhação para completar-se com o nome que o Pai confere ao Filho: este nome é Senhor, o *Kyrios*.

3) Maria, lugar da Palavra anunciada pela Igreja-Povo

Para o *Bem-aventurado Isaac, abade do Mosteiro de Stella, do século XII*, Maria é figura da Igreja e sua realização se dá nas bodas que Deus realiza com seu povo. O pensamento desse abade nos apresenta *Maria e a Igreja* em dois pontos fundamentais que inspiram uma espiritualidade de natureza mariológica. Ele fala da inserção de Maria no mistério de Cristo e no mistério da Igreja. A penetração nesse mistério se dá pelo coração e Maria foi chamada de modo especial a dar forma humana ao mistério de Deus enquanto Comunidade divina, através da Encarnação. O mistério de Cristo, portanto, tem sua origem em Deus (Cl 2,2-3) e consiste em revelar e ao mesmo tempo realizar o Reino, que é essencialmente a salvação de todos.

À luz do mistério de Cristo, pode-se falar da inserção de Maria no mistério da Igreja, pois Cristo está presente nessa Igreja através da vida de seu povo. A Mãe desse povo é Maria, a qual, junto com a Igreja, formam uma só Mãe e muitas mães; uma só Virgem e muitas virgens. Maria e a Igreja concebem virginalmente do mesmo Espírito, sem excluir a grande-

za da maternidade humana. Cada pessoa que constitui a Igreja-Povo-fiel é igualmente, a seu modo, esposa do Verbo, mãe de Cristo, filha e irmã, virgem e mãe fecunda. A herança do Senhor é o seu povo fiel, de modo especial Maria e de modo particular cada pessoa fiel em responder a esse chamado. No tabernáculo do seio de Maria, o Cristo habitou durante nove meses; no tabernáculo da fé do povo, habitará até o fim do mundo; e no amor da pessoa fiel, habitará pelos séculos dos séculos.

Maria concebe o Verbo, e o dá à humanidade para que todos possam anunciar a nova vida que está começando. Ela auscultou a palavra de Deus e está pondo-a em prática doando ao mundo seu Filho. Auscultar a palavra e pô-la em prática constitui o critério de pertença à família escatológica dos discípulos que anunciam o Reinado de Cristo (cf. 8,21; 11,28). Maria é colocada no horizonte desse anúncio que chega até os confins da terra (cf. At 1,8).

Os Atos dos Apóstolos mencionam a presença de Maria junto com as outras mulheres na comunidade de fé à espera do dia de Pentecostes. É importante ter presente este dado para compreender o sentido da presença de Maria na primeiríssima Comunidade de fé a partir do conjunto do NT. De acordo com a nossa ótica, o ponto que melhor nos sugere o sentido dessa presença, é a relação de Maria com o Espírito Santo e a Comunidade nascente de Jerusalém. Maria tem que estar presente no dia de Pentecostes, e explica-se por que: em primeiro lugar para confirmar sua experiência do Espírito vivida na Encarnação; em se-

6. *Ibid.*, pp. 173-174: Inglês de nascimento, mas francês de formação, Isaac vive em vários mosteiros antes de se tornar abade em 1145. Funda um mosteiro com o intento de seguir com rigor a regra de s. Bernardo do qual segue o mesmo caminho. Sua reflexão teológica se inspira no tema das núpcias de Deus com a humanidade na Igreja. Morre em 1169 no mosteiro em que viveu.

gundo lugar para receber do mesmo Espírito, a missão de estender o *corpo* de Jesus que se faz comunidade de forma mais ampla; e em terceiro lugar para anunciar um Deus como Comunidade Trinitária que vai se revelando até o fim dos tempos. Maria continua o cami-

nho que Deus começou nela com o mistério da Encarnação. Este mistério desenvolve-se na comunidade do Jesus terreno e continua na Comunidade de fé pelo Espírito Santo. A palavra dos Atos sobre Maria é portanto uma palavra comunitária.⁷

IV) MARIA DA ESPERA VIGILANTE E ALEGRE: O ADVENTO NATALINO

Este tempo é articulado seja em torno da Encarnação do Verbo, seja do nascimento histórico de Jesus. O mistério da Encarnação é antes de tudo, um *mistério de paz*, pelo qual toda a pessoa que crê e se abre à ação do Espírito, é divinizada pela sua relação e encontro com a Comunidade trinitária através da humanidade de Cristo. Significa dizer que essa pessoa se torna deusa, deus, porque Deus se fez carne como nós. É, em virtude desse nascimento histórico do Verbo, renasce a nova vida.

O mistério da Encarnação é *um ato de amor*: assim Deus restaura na pessoa que crê e que se abre ao Espírito a sua imagem deturpada e deslocada pela esquizofrenia espiritual que atinge toda a raça humana. O mistério da Encarnação é também o *derramamento abundante da gratuidade divina* para com todos os povos. Colhe-se aqui a misteriosa ternura de Deus que, na economia da salvação, se concretiza ao longo dos milênios através das várias alianças estipuladas por Deus, de volta em volta, com a humanidade na pessoa dos homens e das mulheres do Antigo Testamento. A fé de Maria, figura da Igreja, legítima e reforça sempre com novas cores e no-

vas luzes, a continuidade dessa aliança. Tais nuances retomam igualmente a fidelidade de Deus para com todas as pessoas que se perdem ao longo da caminhada, na máxima expressão de amor-resgate, o qual se explicita na forma concreta e histórica da Encarnação do Verbo.

1) Maria, lugar da Encarnação como mistério da reconciliação

Das Cartas de São Leão Magno, papa do séc. V^o, encontramos uma reflexão sobre a Encarnação como *mistério da nossa reconciliação*. Segundo o pensamento desse grande padre da Igreja que se destacou pela sua profunda espiritualidade cristológica, o Deus que se revelou aos patriarcas e aos profetas, foi o mesmo que se fez carne no seio de Maria, para que irrompesse radiante a regeneração de toda a humanidade. Maria é o lugar concreto desse grande evento pela força do Espírito que desce sobre ela. E nós participamos desse evento da salvação nascendo de novo para o mundo da reconciliação preparada desde toda a eternidade.

Nenhuma das figuras da descendência genealógica do Salvador apresenta-

7. Cf. NAVARRO, Mercedes Puerto. *Maria, la mujer. Ensayo psicológico-bíblico*. Ediciones Claretianas, Madrid 1987, pp. 145-149.

8. *Ibid.*, pp. 320-324: Leão, dito *magno* pela altura da sua estatura moral, parece herdar da Toscana, sua terra nativa, o senso da medida e a serenidade que o caracterizaram. Eleito para ser papa quando ainda era diácono, presidiu a Igreja nesse serviço por duas décadas (440-461), serviço cheio de eventos e de provações. Não é um pensador original, mas é um homem de governo com grande consciência de sua missão. O centro da cristologia de Leão é a unidade da pessoa de Cristo na diversidade das duas naturezas.

da por Mateus (1, 1-16) e por Lucas (3,23-38), poderia realizar o mistério profundo da reconciliação preparado desde sempre, porque o Espírito Santo ainda não havia descido sobre Maria, nem o poder do Altíssimo a tinha envolvido com a sua sombra. A Sabedoria eterna não edificara ainda a sua casa no seio puríssimo de Maria, para que o Verbo se fizesse pessoa humana como nós. Se o Salvador, consubstancial ao Pai, não se tivesse dignado ser também consubstancial à Mãe e unir a si nossa natureza, com exceção do pecado, a raça humana teria permanecido cativa sob o jugo do demônio. A vitória veio porque foi obtida numa natureza igual à nossa. Com certeza afirmamos: *Estes não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus mesmo* (Jo 1,13). Maria é o lugar concreto dessa participação do Verbo à nossa natureza humana. A partir de sua identidade como mãe, refulge para a nossa vida de fé o sacramento da regeneração em virtude do Espírito que fez de Maria a mãe de Jesus, o reconciliador de todos os povos.

2) Maria, lugar da resposta divina a toda a raça humana

Das homilias em louvor da Virgem Mãe, São Bernardo, abade do séc. XII^o, o Advento natalino nos propõe uma delas com o título: *O mundo inteiro espera a resposta de Maria*, na qual dominam três temas fundamentais que são estes: aquele da pessoa de Maria na Igreja considerada como aqueduto de Deus; o da

misericórdia divina através da descendência de Adão; e o tema das núpcias de Maria com a Comunidade divina.

No primeiro tema fundamental o místico Bernardo parte do estado minoritário de esquizofrenia espiritual em que jaz toda a raça humana. Esta encontra a cura e a salvação na Esposa de Cristo que é a Igreja, onde Maria ocupa o lugar de ser aqueduto que parte do coração de Deus para levar a água da purificação e da salvação a toda a humanidade. A beleza dos ícones, das metáforas e das figuras das páginas que Bernardo dedica a Maria, fazem com que ele seja considerado um testemunho único da piedade mariana com seu conseqüente aprofundamento teológico elaborado na ótica de Maria, a Mãe e Serva do Senhor.

No segundo tema fundamental coloca em destaque a cooperação de Maria na recriação humana, que do estado de morte em que se encontra passa a ser chamada para a vida nova. Maria é suplicada como Mãe da misericórdia divina. Assim se expressa o abade: *Ouviste, ó Virgem, que vais conceber e dar à luz um filho por obra do Espírito Santo. O Anjo espera tua resposta: já é tempo de voltar para Deus que o enviou. Também nós, Senhora, miseravelmente pessoas esmagadas por uma sentença de condenação, esperamos tua palavra de misericórdia*. Nesta prece, Bernardo coloca diante da Virgem cheia de misericórdia, o pobre Adão expulso do paraíso com a sua mísera descendência implorando resposta

9. Ibid., pp. 286-287: Bernardo foi profundamente enamorado da tradição, todo voltado à meditação dos Padres e da Escritura. Esta era lida de forma amorosa e comentada segundo o método de Orígenes, de Agostinho, com uma união que lhe merece a afirmação de que a sua vibrante e doce palavra ancorada à tradição, não deixa de apresentar a novidade e a atualidade que lhe confere o gênio inovador deste homem. Sempre foi homem do seu tempo, participando de todas as vicissitudes e acontecimentos da Igreja. No cisma de 1130, pela eleição de dois papas, contribuiu com vigor e fé para que a questão tomasse os rumos de uma Igreja mais despojada do poder e mais próxima dos pobres. Nasceu na França em 1090 e é considerado o último dos Padres, pois já estamos no século XII. Aos 22 anos, entra na abadia de Cîteaux onde une os valores espirituais antigos de Cluny com os valores novos e a nova vida monástica pobre e solitária de Cîteaux. Terminou seus dias em 1153.

positiva; Abraão a implora; Davi a implora. Os patriarcas, os antepassados de Maria suplicam esta resposta. Toda a raça de Maria espera a resposta salvífica.

O último tema é o das núpcias com Deus Pai que envia seu Filho pelo Espírito de Amor. Maria então, é suplicada ainda como a mulher irrompante de fé que se apressa em abrir as portas da festa das núpcias da misericórdia divina com a misericórdia feminina da Mãe em favor da raça humana. Bernardo fala com Maria como se fosse pessoa concreta. Pede-lhe para que Maria não tarde em abrir a porta do matrimônio de Deus com a humanidade, porque se ele passa, Maria deverá começar novamente a procurar com lágrimas aquele que o seu coração ama. Pede a Maria para que se levante, corra, abra; que ela se levante pela fé, corra pela entrega a Deus, abra pelo seu consentimento.

Queremos terminar este ítem da presente reflexão com as palavras do próprio grande Bernardo: *“Abre, ó Virgem santa, teu coração, teus lábios ao consentimento, teu seio ao Criador. Eis que o Desejado de todas as nações bate à tua porta. Eis aqui, diz a Virgem, a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra (Lc 1,38).”*

3) Maria, lugar do Espírito, da voz da mulher, da pessoa que crê

Da Exposição sobre o Evangelho de Lucas, de *Santo Ambrósio, bispo do séc.*

IV^o, destaca-se *A visitação da Virgem Maria* (Lc 1,39-56) de uma riqueza espiritual mariana profunda e evidenciada por esta reflexão que apresenta três pontos já sugeridos pelo subtítulo acima.

A) A graça do Espírito ignora a lentidão

Maria dirige-se às montanhas de Judá imediatamente após haver recebido a notícia dada pelo Anjo (teofania). Parece não haver tempo de pensar como deveria fazer aquela viagem, com quem a faria, se só ou junto com outra pessoa. No entanto Maria, através desta sua atitude desenvolta e consciente, nos faz entrever a “lei da sacramentalidade” que ela representa ao se tornar lugar do Espírito, para que Jesus tome dela a sua carne e a natureza humana e divina. Com a Encarnação Maria torna-se “sacramento” ou sinal sensível que revela e ao mesmo tempo esconde o Verbo de Deus feito homem. Foi assim que ela se apresentou a Isabel, a qual, iluminada pelo Espírito percebe nela a presença do Senhor (cf. Lc 1,43).

Maria reveste um caráter de sacramentalidade “tipo da mulher” que realiza de imediato, cada dia, a parte do projeto do Pai que lhe é confiada, e o faz sem perda de tempo. Este é marcado pelas vicissitudes da sua vida que é vista como uma *peregrinação na fé* (cf. LG 58). Maria sobe e desce montanhas levada pelo impulso interior de sua alegria. E logo se verá que a manifestação imediata dos benefícios da chegada de Maria e

10. *Ibid.*, pp. 297-299: Ambrósio de Milão é uma das grandes figuras de pastor da Igreja. Nasce de uma família da aristocracia romana, vive uma juventude reta e estudiosa e aos trinta anos se torna governador de Milão. A origem social elevada de onde provinha não o tornou menos atento aos problemas sociais e às injustiças de seu tempo que não deixou de denunciar com notáveis riscos pessoais. Eleito bispo de Milão, por aclamação, sendo apenas catecúmeno, foi batizado 8 dias depois de consagrado em 7 de dezembro de 374. Criou o canto popular para fazer com que os fiéis melhor participassem da liturgia. Sua palavra era tão fascinante que Agostinho converteu-se ao ouvir um dos seus Sermões e deu este testemunho:... *eu pendia de seus lábios atraído por suas palavras. Para dizer a verdade, não estava interessado, antes aborrecia-me seu argumento, mas a doçura do seu discurso me arrebatava* (Confissões, 5,13). Nasceu em 334 e morreu em 397.

da presença do Senhor que traz consigo (cf. Lc 46-55).

B) A mulher ouviu a voz da mulher

De fato, apenas Isabel ouviu a saudação de Maria, a criança que trazia em seu seio exultou, se alegrou e se movimentou, pois Isabel sua mãe, havia sido coberta e enchida do Espírito Santo (cf. Lc 1,41). É importante notar nesta passagem a precisão com que Lucas narra os momentos do encontro dessas duas mulheres: Isabel foi a primeira a ouvir a voz de Maria e ao mesmo tempo acompanhou os movimentos da criança que trazia em seu seio. Repleta do Espírito Santo, dá um grande grito e proclama: *Tu és bendita entre as mulheres e bendito é o menino que trazes em teu ventre. Por que a Mãe do meu Senhor vem a mim?* (cf. 1, 41-43).

A cena do encontro entre Maria e Isabel indica, através da pureza das formas, a experiência de um Deus presente, capaz de se fazer sentir e reconhecer sem trombetas, insígnias e ritos. Maria e Isabel são religiosamente pouco evidentes defronte ao aparato oficial hebraico. Como mulheres encontram-se à margem da sociedade daquele tempo. A não visibilidade das duas é condição de serem elas privilegiadas testemunhas e guardiãs do Deus feito carne. Esse gerar a vida que a maternidade torna visível, é o sinal de uma chamada universal a ser mãe e pai. Da parte de cada mulher e de cada homem é necessário reconciliar-se com a feminilidade que existe dentro de cada um. O primado em ordem à fé cabe aos dois; o primado em ordem à vida humana é reconhecido na mãe. Temos aqui a primeira e grande explosão missionária de duas mulheres que realizam o Plano salvífico do Pai, cada uma segundo a sua missão e seu ser mulher. As duas mulheres profetizam sob a inspi-

ração do mesmo Espírito que habita nos seus filhos.

C) Toda a pessoa que crê concebe e dá à luz

Maria é bem-aventurada porque acreditou (cf. Lc 1,45), mais que por ser a Mãe do Messias Libertador. *Bendita aquela que creu: o que lhe foi dito da parte do Senhor se cumprirá* (Lc 1,45). Toda a pessoa que crê, concebe e gera o Verbo de Deus e reconhece as suas obras. A saudação de Maria a Isabel é como uma comunicação do mistério da Encarnação que só Maria conhecia. Deve-se reconhecer que toda a narrativa de Lucas 1,39-45 tem um caráter eminentemente cristológico e antropológico-marial.

Maria e Isabel são a exaltação do gratuito. Entre elas realiza-se a economia do dom, a lógica do amor à vida, a concepção da superabundância que, em certo sentido, supera a da justiça e a da reciprocidade. De mulher para mulher, a bênção que as duas se intercambiaram não pode deixar de derramar-se sobre cada mulher de cada tempo. É uma constante antropológica a relação de mulher-vida e, no caso de Maria enquanto mulher, é a *Palavra* mesma de Deus que se faz constante antropológica pela Encarnação.

Para compreender o encontro entre Maria e Isabel é preciso sair do tempo e do espaço marcado pelo poder e pela contradição. Para se estar bem com Maria e Isabel é preciso sair do tempo caracterizado pela pressa, pelo mau humor, pelo muito que fazer, para poder pronunciar palavras densas de sentido, livres, carregadas de eternidade. Esta atitude nos envia a duas mulheres, Maria e Isabel, que sabem auscultar o não dito. É dentro desse contexto que Maria se faz lugar da Encarnação de Jesus.

4) Maria, lugar da contemplação divina e da fecundidade profética

Do Comentário sobre o Evangelho de Lucas 1,46-55 de São Beda, o Venerável, presbítero do séc. VIII¹¹, é importante mergulhar no *Magnificat* meditado que esse autor nos deixa no Ofício das Leituras do dia 22 de dezembro, dando continuidade à reflexão iniciada com o texto de Santo Ambrósio, acima. Dois destaques de grande carga espiritual aparecem no Comentário deste Padre da Alta Idade Média.

A) ...contemplação divina

O Advento natalino deve ser vivido e aprofundado na contemplação da grandeza de Deus que, como Comunidade divina se faz pequeno e pobre até chegar à pobreza da pessoa humana que é a própria Maria de Nazaré. Deus chega a ela a ponto de torná-la fecunda através de uma concepção temporal que o Espírito desse mesmo Deus realiza nela. O motivo mais forte que impulsiona Maria a proclamar a grandeza do Deus que ela contempla é o da Libertação. Esta motivação mais profunda fá-la gritar com sua alma e exultar com seu espírito, pois o Libertador do seu povo está chegando. Maria degusta o fruto de uma contemplação de Deus que é única porque tem a precedência sobre todas as virtudes e sobre todos os méritos (cf. Comm. A Lc

3,11); é dom e ação ao mesmo tempo. A contemplação de Maria é feita com os olhos abertos para a realidade.

B) ... fecundidade profética

O segundo destaque considera as duas mães, Maria de Nazaré e Isabel de Ain-Karem, profetisas do anúncio da salvação de todos os povos dado por estas duas mulheres. São mulheres que profetizam com júbilo interior e exterior, a libertação, a qual supera totalmente a sedução diabólica do mal. Supera-a com o brilho da graça libertadora encarnada nos fatos da história do povo de Israel, e na luz da chegada do Libertador esperado há tantos milênios. Digno de nota pela sua originalidade e pela sua profundidade é a seguinte frase do venerável presbítero: *É Deus que faz Maria cantar entre seus braços, enquanto ela o absorve (lo succhiude) em seu seio.* O mestre espiritual Beda afirma que toda a existência da jovem de Nazaré é uma ação litúrgica na qual a alma de Maria magnifica o Senhor. Ora, os céus também se debruçam do alto para ouvi-la.

4) Maria, lugar da verdade e da justiça que se abraçam

Agostinho, bispo de Ipona (África), século IV¹², em um dos seus Sermões intitulado: *A verdade brotou da terra e a justiça olhou do alto céu*, cita Maria co-

11. Ibid., pp. 310-312: Beda é considerado o primeiro dos doutores medievais. Vive no início da Idade Média da Igreja, de 637 a 735, tempo que sucede à Idade dos Padres da Igreja: são 8 séculos de obscura penetração do cristianismo entre os países nórdicos através da Igreja que leva a civilização latina. Oriundo da Grã-Bretanha, Beda expande o quanto pode a fé cristã nos países anglo-saxônicos. É considerado histórico, escreve a história da Igreja da Inglaterra, mas o campo onde Beda mais se encontra e mais se apaixona é o da Sagrada Escritura. A exegese de Beda é aquela dos Padres. Para ele, a exegese da palavra da Escritura não é a busca genial da intelectualidade, mas o *ruminar* amoroso da pessoa humilde que intenta descobrir os sentidos recolocados da palavra (sagrada), penetrar na sua inexaurível riqueza *como o moleiro que uma vez tirada a casca do sentido literal, encontra na sua medula, que contém o sentido espiritual, alguma coisa de mais íntimo e de mais sagrado* (Su Esdra, PL 91, 808 B). A finalidade da sua exegese é pastoral, como se vê. Beda procura na palavra de Deus as indicações práticas de sugerir ao povo do seu tempo, uma espiritualidade radicada e profunda, para que a vida pessoal e social de cada pessoa se abra à revelação cristã.

12. Ibid., 336 a 338: Agostinho nasce em Tagaste, norte da África no ano 354, num ambiente de burguesia.

C O N T E N T O S

mo Mãe do Salvador por três vezes, que passaremos a considerá-las agora.

A) ... o Cristo que disse: eu sou a verdade, nasceu da Virgem

Agostinho abre esse Sermão fazendo fortes exclamações bíblicas no sentido de acordar a raça humana do sono que dorme há tanto tempo. Acorda-o para celebrar com alegria *A verdade que brotará da terra* (Sl 84,12), isto é, da carne de Maria nasceu o Cristo; e a justiça debruçou-se do alto céu sobre a terra com seu rosto carinhoso e terno (cf. Sl 84,12). Como poderia ter vindo a verdade à terra, se Cristo não tivesse nascido da carne humana da Virgem? Em continuidade a esta grande idéia de Agostinho temos em segundo e terceiro plano de seu célebre Sermão, o encontro da justiça e da paz sobre a terra, estabelecendo o suave vínculo do amor humano e do amor divino.

V) VAMOS TIRAR ALGUMAS LIÇÕES DESTA REFLEXÃO:

Em primeiro lugar está no eixo da nossa reflexão a vinda do Messias que se realiza através do mistério da Encarnação e mediante o corpo de uma mulher, Maria de Nazaré. Deste modo Maria torna-se o lugar da revelação do segredo da Comunidade divina guardado no silêncio durante séculos eternos (cf. Rm 16, 25-27). Que lugar Maria é hoje, para a nossa realidade tão conturbada pela miséria e pela fome, que se traduzem na falta de trabalho para todos e conseqüentemente, na exclusão das oportunidades de conseguir

B) ... justiça e paz se abraçarão

Neste abraço toda a raça humana é justificada e toda ela encontra a vida libertadora em Deus (cf. Rm 5,1). A justiça que se debruça para olhar dos altos céus, anda na frente da paz que é o novo nome da libertação messiânica. Justiça e paz beijam-se, osculam-se sob os céus da terra inteira (cf. Sl 84,11), porque o Enviado das nações todas é a verdade que brota da terra. Entende-se então porque, quando o Senhor nasceu de Maria, os anjos cantaram: *Glória a Deus nas alturas e paz na terra às pessoas de boa vontade* (cf. Lc 2,14 Vulgata). Esta é a glória que nossa consciência deve testemunhar ao mundo de ontem, de hoje e do amanhã-futuro.

Contudo, não podemos contemplar ainda aquele que é gerado do Pai, antes da estrela matutina; no entanto, exaltemos aquele que é nascido de Maria penetrando o escuro da noite! É o caminho da fé que Maria percorreu.

os meios básicos da vida para a sobrevivência?

— Maria é lugar dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-emprego, porque chegou agora o tempo no qual ela se faz uma pessoa finita e limitada para chegar ao Infinito e ao Ilimitado que é Cristo. Ao lado d'Ele pede-lhe insistentemente uma solução, para que ela possa intervir com ternura sim, mas também com firmeza e determinação, em favor da situação da nossa gente. Ela carrega em seu ventre um filho e sabe

O pai, Patrício se converte pouco antes de morrer e a mãe, Mônica, coloca no espírito do filho os primeiros germes da vida cristã. Agostinho estuda retórica e com 17 anos começa a viver uma vida inquieta, sensual, atormentada pela dúvida e pelas paixões humanas. A convivência com uma mulher (da qual não se sabe o nome até hoje), lhe deu um filho, Adeodato. Com 20 anos começa a ensinar e é um professor fascinante. Converteu-se ao cristianismo aos 32 anos ouvindo a palavra de Ambrósio, célebre bispo de Milão, do qual recebe o batismo. Acompanhado sempre pela mãe, Agostinho vende seus bens e é eleito pastor de Ipona até à morte que se dá em 340.

C O N V E R T E D O

o quanto custa dar-lhe a vida com a sua vida de mãe, através do seu sangue que se faz leite, e através do seu corpo que se faz carne para seu próprio filho. Chegou o tempo em que o Libertador trazido por Maria a esse nosso mundo desmantelado inter-vém transformando a situação de agonia e de morte do povo, para uma situação de nascimento e de vida em plenitude. O Cristo Libertador inter-vém para que todas as amarras da omissão e do pecado sejam desatadas.

— Maria é lugar das Crianças abandonadas, da Juventude largada à própria sorte nas ruas das nossas grandes e pequenas cidades, porque chegou agora o tempo da verdadeira troca de bens materiais e de bens espirituais, incluindo a todos na mesa feita do Pai. Maria sabe quanto custa esta troca — o *admirável intercâmbio*, na linguagem da teologia —, porque quando foi interpelada para cooperar no saneamento da vergonhosa situação de seu povo, ela se dispôs a aceitar o desafio de doar sua vida para que outros pudessem ter vida em abundância, e salvação perene para todas as gentes que sofrem em seus corpos e em seus espíritos, a opressão da injustiça programada e posta em plena e desavergonhada prática.

— Maria é lugar das Mulheres silenciadas pelo espancamento dos homens, sejam eles maridos ou não, mulheres que são ao mesmo tempo mães e pais de família, porque chegou agora o tempo da revelação do mistério da reconciliação da humanidade injustiçada com o mistério da Encarnação da humanidade reconciliada e redi-

mida em plenitude. Agora o Espírito do Senhor está no meio de nós e nós nos tornamos filhos e filhas da Luz e da Esperança, porque o tempo do nosso escalar a montanha pedregosa e íngreme, nos levou ao pico dela, e de lá podemos vislumbrar a vida da bem-aventurança terrena como ante-sala da vida da bem-aventurança celeste. Esta vida nos está esperando e se está preparando para nos receber com a festa que não terá mais noite, mas será sempre Dia e sempre Luz. Estas são apenas três lições para o crescimento da nossa vida espiritual mariana que se expressa na autenticidade da nossa missão.

Mas Maria não é só *lugar* onde o Espírito do Senhor toma forma concreta na graça divina que chega até nós. Ela é também *espaço* entre dois pontos, entre dois limites determinados. Significa dizer que Maria, com relação a Cristo, é um ponto de referência muito forte para o nosso povo cristão, porque encurta o espaço que nos distancia do Messias Libertador; ela é um espaço limitado, mas se refere diretamente a Cristo que é o Ilimitado, a Infinitude e o Júbilo sem fim. Por isso Maria é o *espaço* de muitos eventos salvíficos:

— Maria é o espaço da Primeira vinda de Cristo, no Natal; é o espaço da Igreja-Povo que a invoca e a louva com sua voz nas cantilenas e cantigas da tradição cultural de cada Continente; é o espaço dentro do qual a resposta que ela dá a Deus, Pai Filho Espírito Santo, impulsiona a raça humana a dar também sua resposta ao Projeto da Comunidade divina; é o espaço em que pela primeira vez o Espírito desce à terra numa pessoa humana que é

mulher. Finalmente Maria é o espaço da fé que tudo realiza, tudo transforma e tudo confia ao seu Senhor. Esta é mais uma lição que se pode apreender e colocar em prática, tendo como exemplo eminente a Maria da Espera do tempo do Advento. Uma pergunta agora: Se o Advento é um tempo forte mariano, o que significa o mês de maio para a nossa vida cristã?

Entre as formas de piedade popular nascidas na baixa Idade Média, torna-se necessário sublinhar o famoso mês de Maria, maio. O mês de maio dedicado a Maria, parece ter um prelúdio e uma distanciada raiz no século XIII. Mais tarde no século XIV, os cultivadores de rosas de Paris realizavam em maio, o oferecimento de alguma planta adornada de rosas, acompanhando o oferecimento com algumas práticas devocionais em honra de Maria. Em plena época renascentista encontramos São Felipe Neri (+ 1596), que convidava os seus jovens para fazer obséquios a Maria durante o mês de maio. Este gesto se prolongou até o fim do século XVII, quando se foi generalizando a prática de dedicar o mês de maio em honra da Virgem Maria. No século XVIII foi uma prática amplamente generalizada e acompanhada de uma abundante publicação de folhetos e obras populares que pretendiam guiar pastoralmente o povo na celebração proveitosa do mês de maio: havia então a prática da meditação das verdades eternas, a exposição de temas marianos sobre a vida, virtudes de Maria, milagres operados por ela. Depois da revolução fran-

cesa (1789), pode-se enumerar aproximadamente, a fundação de 150 Congregações religiosas que têm uma expressa referência mariana, seja na sua espiritualidade como no próprio nome¹³.

O mês de maio deve continuar sempre mais expressivo e significativo para a própria liturgia e para o mistério que ela celebra. Não se pode tirar esta prática de fé do nosso povo marcadamente mariano. Um enriquecimento maior nos vem também da presença atuante e orante de Maria no tempo do Advento. Ela espera junto com o povo, a libertação que vem pelo Filho de Deus que ela carrega em seu seio. Pela sua própria natureza, os eventos que se celebram no tempo do Advento têm como eixo central a Encarnação de Jesus que revela e ao mesmo tempo é revelação da vontade salvífica da Comunidade divina. Pois, não se pode falar da Encarnação de Jesus Cristo, deixando no silêncio a cooperação de Maria no Projeto salvífico de Deus, que tem seu início no mistério da Encarnação.

E agora queremos concluir esta reflexão com o expressivo Canto litúrgico da Vigília do Natal, cantado no Ofício das Leituras, que preparam a celebração solene da Missa Natalina. Para nos mostrar a caminhada terrestre de Jesus e a força redentora que esta tem, a Igreja propõe à nossa meditação e à contemplação, as etapas da história humana dos povos, anteriores à etapa definitiva da história em que se revelou a face materna/paterna do nosso Deus Libertador, em Jesus Cristo seu Filho, pela força do Espírito que atuou em Maria de Nazaré, uma mulher do povo.

13. Cf. CALERO, Antonio Maria. *Maria, en el misterio de Cristo y de la Iglesia*. Editorial CCS, Alcalá-Madrid, 1989, pp. 38-40.

VI) CONCLUSÃO: CANTO DO MARTIROLÓGIO NA VIGÍLIA DE NATAL

Oitava Calenda de Janeiro,... da Lua.
No ano cinco mil cento e noventa e nove,
desde a criação do mundo,
quando no princípio Deus criou o céu e a terra;
no ano dois mil novecentos e cinqüenta e sete,
desde o Dilúvio;
no ano dois mil e quinze,
desde o nascimento de Abraão;
no ano mil quinhentos e dez,
desde Moisés e a saída do povo de Israel do Egito;
no ano mil e trinta e dois,
desde a unção de Daví como rei;
na Semana sexagésima quinta,
segundo a profecia de Daniel;
na centésima nonagésima quarta Olimpíada;
no ano setecentos e cinqüenta e dois, desde a fundação de Roma;
no quadragésimo segundo ano
do império de Otaviano Augusto;
quando estava em paz o Orbe Universo,
na sexta idade do mundo:
JESUS CRISTO,
ETERNO FILHO E FILHO DO ETERNO PAI,
Querendo santificar o mundo com sua vinda piedosíssima,
foi concebido do Espírito Santo,
e, decorridos nove meses após a concepção:
nasce em Belém de Judá,
de Maria Virgem, feito homem.
O NATAL DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO SEGUNDO A CARNE¹⁴.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

A partir da leitura dos capítulos 1-2 do evangelho de Lucas, tente aprofundar e partilhar as respostas das perguntas que seguem:

1. Em que sentido você compreende a inserção de Maria no mistério de Cristo?
2. Como se dá isso na prática da espiritualidade mariana?
3. Com que pedagogia anuncio eu o mistério da Encarnação e o mistério de Maria?
4. Qual o significado que se dá ao tempo litúrgico do Advento com a presença atuante de Maria?

14. Cantus martyrologii in vigilia nativitatis Domini Nostri Jesu Christi. Mosteiro de São Bento, Rio de Janeiro, 1997.

Deus Pai na Bíblia

PE. LUÍS I. J. STADELMANN, SJ

O conceito de Deus Pai é, em muitos artigos, tanto de cunho popular como também teológico, abordado a partir da experiência humana de paternidade, aplicada por analogia, a Deus¹.

Diversamente dos mitos pagãos sobre a genealogia dos deuses, a paternidade de Deus, no sentido bíblico, é inteiramente dissociada da idéia de geração física (cf. o sentido absolutamente específico do verbo *bara'* para designar o ato criador). Em relação a Israel, Deus é chamado Pai, em razão da *eleição*, ato esse indissociável de sua intervenção histórica em favor de seu povo. Deus é Pai de Israel; não é visto como Pai dos homens. No início de sua trajetória na história — a saída do Egito — situa-se a eleição divina de Israel como primogênito:

*Assim fala o SENHOR: Israel é meu filho, meu primogênito, (Ex 4,22).
SENHOR, tem piedade do povo,
chamado por teu nome;
de Israel, a quem trataste como
primogênito, (Eclo 36,17).*

O fato de a paternidade de Deus estar vinculada a um ato histórico modifica profundamente a noção de Pai, fazendo com que os profetas (Oséias, Jeremias e Isaías) aplicassem a Deus a metáfora de Pai, não como divino ancestral do povo israelita, mas como fundador de uma nova criação, de uma nova *aliança*, de cunho espiritual, com o Povo Eleito. E, no intuito de evitar que a figura do Pai se identificasse com a figura de um "Genitor", Oséias a substitui por outra figura típica de parentesco, o "Esposo" (Os 2,18).

A forma respeitosa com que Jesus se refere a Deus Pai aparece na invocação como "*abba*"; trata-se de uma palavra aramaica, cuja desinência é típica de um substantivo no caso determinativo ou enfático com a conotação de cortesia e deferência à autoridade², revelando o tratamento reverencial com que Jesus reconhece o Pai como superior a ele: "O Pai é maior que eu" (Jo 14,28).

1. Cf. J.B. LIBÂNIO, "A experiência de Deus Pai", in *Convergência*, 34 (1999), No 320, pp. 99-108.
2. A forma gramatical da palavra aramaica "*abba*"; "O pai" é diferente da dos substantivos hebraicos no nominativo. É que o caso determinativo ou enfático emprega-se no aramaico como expressão de deferência ou para enfatizar a autoridade da respectiva pessoa. Devido ao desconhecimento da língua aramaica, interpretou-se a palavra *Abba*, que Jesus usa nas preces dirigidas a Deus, em termos de um intimismo religioso: "papai do céu", como é usado por J. JEREMIAS, *Abba: Studien zur neutestamentlichen Theologie und Zeitgeschichte*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen 1966, pp. 15-67. Com base nesse autor surgiram idéias extravagantes na interpretação de *Abba* pronunciado por Jesus como se fosse um "balbucio infantil que sugere uma ternura de criança dirigida e apropriada, no contexto semítico, muito mais à mãe do que ao pai"; ver J. MOLTMANN, "Creio em Dios Padre, ¿lenguaje patriarcal o matriarcal de Dios?", in *Selecciones de Teología* 24 (1985), p. 338.

Deus não constitui família. Entretanto, chamam a atenção as referências a Deus Pai e ao Filho de Deus, tão frequentes nos textos do NT. Quanto à origem da designação de Deus como "Pai", convém investigar os textos da Bíblia e não conjecturar sobre a influência da experiência humana de paternidade entre todos os povos, comprovada pela história das religiões³. É que uma conjectura poderia enveredar pela via de hipóteses, baseada em projeções subjetivas, sobre uma divindade abstrata ou genérica. Daí a necessidade de recorrer à revelação divina na Bíblia, que trata de um Deus concreto, determinado, real,

porque somente um Deus concreto e real pode ser o Criador do mundo.

O nome divino, com que se identifica Deus, varia nos textos bíblicos do AT segundo as tradições teológicas (javista, eloísta, deuteronomista, sacerdotal) em voga em determinada época. Assim a tradição javista atribui a Deus o nome pessoal Javé, cuja grafia hebraica, de quatro consoantes: YHWH, deu origem ao termo grego *tetragramaton*⁴. Javé era tido como nome inefável; por isso, na leitura, não se pronunciava YHWH segundo a escrita hebraica, mas seguia-se a vocalização masorética correspondente à palavra subentendida: SENHOR (em hebraico: 'a *donay*).

O NOME DE JAVÉ

O nome do Deus de Israel é Javé, manifestado a Moisés por revelação divina (Ex 3,14). Não é um apelativo da divindade ('e *lohîm*) e tampouco é um nome tirado do rol dos onomásticos divinos do Egito. A etimologia do nome próprio YHWH (Javé) baseia-se no texto de Ex 3,14 e na forma verbal. Quanto à sua forma gramatical, o nome não é derivado de um substantivo, mas de frases que encerram uma declaração: a primeira é a oração principal ("eu sou"), a segunda ("o que eu sou") é oração predicativa, e a terceira ("ele é": *yhwé*) identifica o sujeito a quem se aplica o nome. Estas frases são afirmações do ser. O sujeito de quem se afirma o "ser" é um Deus pessoal. YHWH é gramatical e sintaticamente um nome próprio, no qual a for-

ma e a função do verbo não deixaram vestígio.

Na interpretação do nome Javé, é mister levar em conta a função tanto do verbo de ligação como do sujeito pessoal (sem outra especificação). Qual a razão de usar-se a forma finita do verbo na 3ª pessoa, em lugar do gerúndio, usado como substantivo: "ente"? A resposta está no perigo que haveria de despersonalizar-se o sujeito, se fosse usado o gerúndio "ente", que é um termo comum, aplicável também a qualquer objeto⁵.

A explicação do nome de Javé pela expressão "ele é" toma a afirmação do Absoluto pessoal como enunciado sobre Deus, que, como *ser* e como *pessoa*, não é particularizado por nenhum comple-

3. Veja p. ex. o artigo de J. KONINGS, "O Evangelho da Vontade do Pai", in *Convergência*, 34 (1999), No 321, pp. 139-148.
4. Nos textos rabínicos costuma-se evitar a grafia do nome YHWH em *scriptio plena*, escrevendo-se em seu lugar um *yod* seguido de duplo apóstrofo " " como forma abreviada do tetragrama.
5. Ver G.J. BOTTERWECK - H. RINGGREN, *Theologisches Wörterbuch zum AT III*, (TWAT), Stuttgart 1982, col. 533-554; E. JENNI - C. WESTERMANN, *Theologisches Handwörterbuch zum AT I*, (THAT), München-Zürich 1971, col. 701-707; G. VON RAD, *Teologia do AT I*, S. Paulo 1973, p. 21, 160; H. RENCCKENS, *A Religião de Israel*, Petrópolis 1969, pp. 85-92.

c o n c i a é n c i a e r s o v e r e

mento. O fato de Deus se revelar como o Absoluto é sinal de superioridade sobre tudo o que existe, sem a relatividade de algum predicado. Além disso, convém notar a maneira enfática das frases que expressam a pessoa de Deus: "eu sou o que eu sou... 'eu sou' envia-me a vós" (Ex 3,14). Mas qual a razão de empregar-se a 3ª pessoa do verbo "ele é" (*yahweh*) em lugar da 1ª pessoa "eu sou" (*ehyeh*)? A resposta está na praxe da linguagem de cortesia, então em voga, que impunha ao inferior dirigir-se ao superior na 3ª pessoa como deferência à superioridade hierárquica. Este costume social vigorava

também no contexto cultural, pois a forma verbal "ele é" (*Yahweh*) é associada a frases da ladainha litúrgica: "Yahweh, o Deus de vossos pais" (Ex 3,15), "Yahweh, o Deus dos hebreus", "Yahweh, nosso Deus" (Ex 3,18).

A afirmação do Absoluto pessoal tem sua relevância no diálogo com Deus na oração. A atribuição de uma flexão genérica ao substantivo "Deus", substituindo o gênero gramatical masculino, determinado e fixo pelo uso, por outro, seja feminino seja misto (ele/ela), tem como conseqüência a despersonalização de Deus.

DEUS, NOSSO PAI

A prece do "Pai Nosso" começa com a invocação de Deus, expressando a relação de dependência da criatura com o Criador. Essa dependência descreve-se, não em termos de relação entre «servo e senhor» ou de «súdito e soberano», mas de «filho e pai» para evocar a vinculação da aliança entre Deus e seu povo e exprimir a confiança pessoal⁶. É de notar-se o uso da forma do pronome possessivo no plural ("nosso"), tanto na prece individual como comunitária, em virtude da aliança de Deus com o Povo Eleito, no qual o indivíduo está inserido. Quanto à expressão de confiança na súplica, convém lembrar que é elemen-

to constitutivo dos salmos de súplica, nos quais assume função determinante na transformação do estado de alma do orante aflito em outro, cheio de esperança. No "Pai-Nosso", a confiança do orante no atendimento de sua prece é fundamental para a experiência espiritual da solicitude divina pela existência humana. O reconhecimento da transcendência de Deus ("que estais no céu") enfatiza sua soberania no céu e a superioridade a qualquer força da natureza, lembrando-nos que a oração nos eleva para Deus, na adoração de sua natureza e no reconhecimento pelos benefícios, de todo gratuitos.

6. A vinculação duradoura entre Deus e o Povo Eleito é expressa de maneira análoga à aliança social e política entre reis e súditos, entre Estados e entre grupos sociais. Trata-se na Bíblia de uma *aliança religiosa*, em que se especifica a relação entre Deus e os homens em termos de união duradoura, baseada no amor e na fidelidade de Deus, não obstante a infidelidade dos homens. É de notar que nenhum povo da Antigüidade chegou ao conhecimento de uma relação, entre o deus tutelar e seu povo, baseada na *amizade*. Pois esse conhecimento não é fruto da intuição humana, mas revelação de Deus aos homens, manifestando que, de fato, ele vive com os homens, ligados a ele por aliança. Tal revelação é palavra de Deus, e se encontra somente na Bíblia, sem paralelo em outras literaturas extra-bíblicas. Para expressar o tipo de relação entre aliados, os autores bíblicos inspiraram-se nos textos diplomáticos do antigo Oriente Médio, nos quais se mencionam a relação de superioridade, igualdade, paridade ou inferioridade, comparando-a com os diversos graus de relacionamento familiar, social e político, como «rei e súdito», «suzerano e servo», «senhor e escravo», «pai e filho», «irmãos, companheiros, amigos». Ver P. KALLUVEETIL, *Declaration and Covenant. A Comprehensive Review of Covenant Formulae from the Old Testament and the Ancient Near East* (Analecta Biblica 88). Biblical Institute Press, Rome 1982, pp. 198-210.

A reflexão teológica sobre as relações divinas interpessoais aprofunda a revelação sobre Deus como Pai, Filho e Espírito. Nessa revelação, Deus mostra que transcende toda espécie de especulação humana sobre a divindade, e que qualquer idéia de nossa mente, por mais elevada e nobre que seja, jamais se sublimará em Deus. O motivo de Jesus nos revelar o mistério da Trindade é oferecer a explanação dos principais aspectos do mistério da fé, na sua transcendência e na sua acessibilidade, para levar-nos a conhecer a Deus e amá-lo cada vez mais. À luz dessa revelação se manifesta a distância que a separa das concepções mitológicas sobre Deus e possibilita depurar de seus erros e deturpações mitológicas as crenças religiosas. Os mitos, amplamente difundidos na Antiguidade, mostram a divindade mesclada com as forças naturais, que arrastam consigo o destino da humanidade. Era preciso, portanto, revelar a transcendência de Deus, que se sobrepõe ao espaço e ao tempo, impondo ao mundo e à humanidade a sua vontade sábia e soberana. Era mister também anunciar a atuante presença de Deus na vida dos homens. É

de notar que as atividades divinas se manifestam de forma diferenciada: a obra da criação é realizada por Deus Pai (o Criador), a redenção do gênero humano acontece na história por intermédio de Deus Filho (o Salvador), e a santificação das almas resulta da inabitação de Deus Espírito (o Santificador).

Pelo fato de em Deus haver três modos diferentes de agir, supõem-se três modos diferentes de ser da divindade, pois o modo de agir é conseqüente com o modo de ser. É por isso que a Igreja ensina que na mesma e única natureza divina subsistem três pessoas divinas, a que damos os nomes de Pai, Filho e Espírito Santo. A designação de Deus como Pai, Filho e Espírito tem, provavelmente, sua explicação na relação entre pai e filho, porque entre os semitas emprega-se o termo *pai* para indicar não só "paternidade" mas também "autoria e autoridade"; *filho* (*ben*) ocorre com o sentido de "descendente", como também de "emissário, encarregado, adepto"; *espírito*, segundo a antropologia hebraica, é a vida unida à sua fonte divina e, como hipóstase, o "Espírito Santo", é a Pessoa divina que procede do Pai e do Filho.

METÁFORAS DE DEUS

As metáforas atribuídas a Deus na Bíblia provêm dos atributos que outrora caracterizavam a *El* (o deus supremo do panteão cananeu) e que foram aplicados a Javé. É portanto no âmbito cultural de

Canaã que se deve procurar a origem dos "títulos divinos", cujos elementos se harmonizavam com a natureza e a ação de Javé. Essa apropriação de atributos divinos não é inculturação da fé israelita em

7. O termo "filho" indica a relação de parentesco por geração ou adoção; entre os semitas é usado também como título, significando uma vinculação social e/ou política em analogia com a relação quase-familiar para expressar relacionamento moral e jurídico. Por extensão, a palavra "filho" expressa também origem dos animais e das plantas, e freqüentes vezes se usava para indicar "filhote, cria, broto". Em outra acepção costumava-se usar "filho" para significar "discípulo, seguidor, funcionário, encarregado, cidadão" ou como expressão típica da linguagem de cortesia como fórmula de invocação em discurso direto. É freqüente o uso de "filho" para expressar "filiação espiritual" de discípulo ou seguidor. É de notar o uso de "filho" como expressão de individualização para especificar o indivíduo dentre a coletividade (Cf. E. JENNI - C. WESTERMANN, *op. cit.* I (*ben*), col. 316-325.

Canaã, mas substituição da hegemonia religiosa de El por Javé. Concomitantemente resultou um aprofundamento das reflexões teológicas acerca da doutrina sobre Deus, segundo a concepção monoteísta, em confronto com as crenças do politeísmo no mundo pagão. É no ambiente sócio-cultural de Canaã que se deve procurar a origem de muitas imagens masculinas como ilustrações de Javé, porque são o reflexo de uma sociedade dominada por homens e não se aplicam propriamente à natureza divina. Pois o que essas imagens nos revelam são atos realizados pelo homem e só analogamente são atos de Deus. É o homem que entra em guerra, luta, persegue e escarnece dos inimigos, "afia sua espada, aponta seu arco retesado, prepara para si armas mortíferas, fazendo de suas flechas tições ardentes" (Sl 7,13-14).

Dentre as imagens masculinas sobressaem as de "criador", "juiz", "rei" e "pai"; mencionamos alguns adjetivos substantivados: "o eterno", "o sábio", "o benévolo", "o compassivo", "o forte", "o poderoso"⁸. Quanto à designação de El como "pai dos anos", "pai de Reshef" e "pai supremo", os autores bíblicos não podiam, sem mais, aplicá-los a Javé, mas tinham de adaptá-los ao teor da autocomunicação de Deus através da história religiosa e da experiência espiritual do Povo Eleito no culto e na vida.

O fator decisivo na evolução da doutrina sobre Deus foi, no AT, a polêmica antipoliteísta, que teve duas implicações teológicas: 1º: enfatizou-se a unicidade de Javé, e 2º: fez-se uma escolha seletiva de imagens masculinas a serem aplicadas ao Deus da Bíblia. Quanto à unicidade de Javé começou-se a refletir, não tanto so-

bre a figura de um Deus único, mas sobretudo sobre sua relação única com o povo de Israel. Trata-se, portanto, de uma unicidade de relação, de existência⁹. Daí se segue um distanciamento de culto entre Javé e os outros deuses, cuja pretensa transcendência lhes é negada, como consta no Sl 135:

¹⁵ *Os ídolos pagãos são prata e ouro, obra de mãos humanas:*

¹⁶ *têm boca e não falam, têm olhos e não vêem,*

¹⁷ *têm ouvidos e não ouvem, sua boca nem ao menos respira.*

¹⁸ *Sejam como eles quem os fabrica e todos os que neles confiam!*

De cunho mais polêmico é o Sl 82, lançando invectivas contra os deuses pagãos:

¹ *Deus levantou-se na assembléia divina,*

¹ *no meio dos deuses abre o julgamento.*

² *Até quando dareis sentenças injustas, favorecendo os ímpios?*

³ *Sede juízes para o desvalido e o órfão, fazei justiça ao mísero e ao indigente;*

⁴ *libertai o fraco e o pobre, livrai-os da mão dos ímpios!*

⁵ *Eles não sabem nem percebem que caminham nas trevas e que todos os fundamentos da terra estão abalados.*

⁶ *Eu declaro: "Sois deuses, sois todos filhos do Altíssimo.*

⁷ *No entanto, como seres humanos, morrereis e, como qualquer dos príncipes, caireis."*

⁸ *Levanta-te, ó Deus, sê o juiz da terra! pois tens todas as nações por patrimônio.*

8. Ver C.H. GORDON, *Ugaritic Textbook. Grammar, Texts in Transliteration, Cuneiform Selections, Glossary, Indices*, PIB, Rome 1965; A. HERDNER, *Corpus des tablettes en cunéiformes alphabétiques*, P. Geuthner, Paris 1963.

9. Cf. O. LORETZ, *Des Gottes Einzigkeit. Ein altorientalisches Argumentationsmodell zum «Schema Jisrael»*, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt 1997.

Este salmo projeta a assembléia judicial na ordem natural para a ordem sobrenatural, comparando-se os juízes terrestres às divindades cósmicas, que provocam na sociedade situações injustas e abalam os fundamentos éticos da ordem social das comunidades, em âmbito mundial. Os deuses mitológicos encarnam as paixões humanas, que os mitógrafos exaltam através da dramatização de iniqüidades, num ambiente agitado por conflitos, embustes e crimes. O mal reside nos deuses e, a partir deles, invade o mundo. É mister desmascarar os mitos sobre os deuses, cujos comportamentos inspiram e fomentam todas as formas de opressão do homem sobre seus semelhantes. Reduzidos aos horizontes do tempo e do espaço, os falsos deuses são varridos do mundo imaginário, decaem e morrem para dar lugar aos valores baseados na fé no Deus verdadeiro.

Quanto à escolha de imagens masculinas, aplicadas a Deus, com exclusão de

imagens femininas, temos aí um indício da intencionalidade dos autores bíblicos de repudiar o culto prestado às deusas como era praxe entre os povos pagãos. Visava-se evitar uma crise teológica, provocada, não propriamente por uma inovação literária, que projetasse imagens matriarcais sobre Deus, mas por uma metáfora feminina, que pudessem ser entendida como uma hipóstase feminina, ocupando o lugar à direita de Javé. O perigo do sincretismo entre as religiões javista, cananéia e egípcia realmente existia, não só entre os israelitas exilados, mas também entre os fiéis de Judá e de outras regiões da Palestina. Evidência desse perigo fornecem alguns textos existentes no livro do profeta Jeremias, redigidos em estilo de vituperios contra o culto idolátrico em honra da "Rainha do Céu", praticado por alguns israelitas residentes em Judá (Jr 7, 16-20) e por outros, refugiados no Egito (Jr 44,1-30).

DIVINDADE ASTRAL

A identificação da deusa, conhecida como "Rainha do Céu", depende do âmbito cultural no mundo antigo. Trata-se de uma divindade astral designada «Ishtar» na Mesopotâmia, «Astarte» em Canaã, e «Isis» no Egito. Ishtar e Astarte são divindades correlatas quanto ao culto idolátrico, cuja característica comum é o rito da fertilidade. Nele se oferecia um bolo chamado *kawan* (em hebr.) e *kamanu*

(em acádio), preparado com figos secos ou mel. Esse culto era praticado por pagãos e alguns israelitas de Judá (Jr 7,17s) e pelos judeus refugiados no Egito (Jr 44,17ss). Quanto à relação entre Astarte e Isis, mencionamos o mesmo título "Rainha do Céu" e a mesma atribuição como deusas da fertilidade; Astarte, contudo, era sempre considerada, no Egito, como divindade estrangeira.¹⁰

IMAGEM NÃO-ANTROPOMÓRFICA DE DEUS

As palavras "Deus", "Javé", "Elohim" e "SENHOR" são substantivos masculinos. Mas trata-se do gênero gramatical, não

do sexo masculino. Objetos inanimados e idéias abstratas são considerados como masculinos ou femininos.¹¹ Então, o

10. Cf. B. PORTEN, *Archives from Elephantine. The Life of an Ancient Jewish Military Colony*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles 1968, "Aramean Deities", pp. 164-173.

11. Veja a explicação em *Gesenius' Hebrew Grammar* (Oxford, 1963) §80b "O masculino, por ser o gênero mais comum e importante, não tem desinência especial" nos substantivos hebraicos.

que dizer da tendência da despersonalização da palavra "Deus", ora em voga no âmbito linguístico anglo-saxão? É que a adoção da linguagem "inclusiva" na versão dos textos da Bíblia, usados na liturgia, fez com que se suprimissem determinados pronomes referentes a Deus. Por

influência do movimento feminista, que advoga a supressão de todos os pronomes masculinos alusivos ao Absoluto pessoal, substituindo-os pela palavra "Deus", resulta a despersonalização da Pessoa divina. Veja-se por exemplo a aclamação de louvor a Javé no Sl 8,2:

SENHOR, NOSSO soberano,
quão magnífico é teu nome por toda a terra,
E tua majestade, que puseste acima dos céus!

Essa aclamação é formulada da seguinte maneira na linguagem inclusiva:

SENHOR, NOSSO soberano,
quão magnífico é o nome de Deus por toda a terra,
E a majestade de Deus, que puseste acima dos céus!

O argumento aduzido pelos movimentos feministas é que Deus não é do sexo masculino nem feminino. Mas o preconceito sexista dos feministas contra o machismo extrapola o âmbito social, invadindo o campo da linguagem para anular as regras de concordância gramatical

das palavras. Ora, o emprego do pronome pessoal "ele", relativo a Deus, é uma questão apenas gramatical para representar a terceira pessoa gramatical, sem sugerir com isso que falar de Deus implica a idéia de Deus ser do sexo masculino.¹²

DESCRIÇÕES EM LINGUAGEM FIGURADA

Na busca de uma imagem de Deus para além da patriarquia podemos recorrer aos salmistas, que tratam da experiência de Deus, presente na história salvífica — nela descobrindo os atributos de Deus e o estilo de sua ação. A própria linguagem dos salmos é sugestiva em imagens, que ao orante servem de mediação para visualizar, no semblante de Deus, o estado espiritual do ser humano. Daí resulta uma grande variedade de descrições em linguagem figurada, que não visam o ensinamento teórico da natureza de Deus,

mas a *visualização do perfil da pessoa na presença de Deus*. Trata-se de ressaltar os traços literários que servem para imprimir valor lingüístico à mensagem, como por exemplo, ilustrando-se os atributos divinos com *comparações* que realmente afetam a sensibilidade masculina ou feminina dos leitores.¹³ Ao visualizar a Deus com semblante amigo o orante pode, por exemplo, comparar a bondade de Deus com um predicativo paternal ou maternal, segundo preferências pessoais por imagens masculinas ou femininas.¹⁴ Não

12. Cf. M. DUMMETT, "God and Gender", *The Tablet*, vol. 248 No 8034, July 30, 1994, p. 949.

13. Cf. S. MCFAGUE, *Metaphorical Theology: Models of God in Religious Language*, Fortress Press, Philadelphia 1982.

14. Algumas obras da teologia feminista sobre imagens femininas de Deus não fazem a devida distinção entre estudos teóricos da natureza de Deus e descrições da religiosidade prática como vivência da relação com Deus que afeta o ser humano; ver p.ex. L. BOFF, *O rosto materno de Deus*, Vozes, Petrópolis, 1979. N.R.A. RUETHER, "A Natureza Feminina de Deus — Um problema na vida religiosa contemporânea", in: *Concilium* 163 (1981/3), pp. 72-79. E. — J. MOLTSMANN, *Dieu, homme et femme*, Cerf, Paris 1984.

se trata de não introduzir inovações literárias na linguagem religiosa, mas de expressar a autêntica espiritualidade cristã,

segundo as mediações culturais dos diversos lugares e tempos, a fim de ser palavra de Deus para a sociedade de hoje

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Com que sentido a palavra Pai é atribuída a Deus na tradição de Israel?
 2. Como se deve entender a expressão Deus Pai, a partir da mensagem e da prática de Jesus?
 3. Como proceder a uma catequese sobre o sentido bíblico da expressão Deus-Pai, no mundo atual?
-

— ♦ —

Diversamente dos mitos pagãos sobre a genealogia dos deuses, a paternidade de Deus, no sentido bíblico, é inteiramente dissociada da idéia de geração física (cf. o sentido absolutamente específico do verbo *bara'* para designar o ato criador). Em relação a Israel, Deus é chamado Pai, em razão da *eleição*, ato esse indissociável de sua intervenção histórica em favor de seu povo. Deus é Pai de Israel; não é visto como Pai dos homens. No início de sua trajetória na história — a saída do Egito — situa-se a eleição divina de Israel como primogênito:

— ♦ —



Objetivo Geral

Sensível aos 'sinais dos tempos', em criatividade fiel ao Evangelho segundo os carismas fundacionais, em atuação intercongregacional em parceria com leigos e leigas, dentro da comunhão eclesial, A CRB SE PROPÕE A ANIMAR UM PROCESSO DE REFUNDAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA, enraizado na *mística evangélica* que brota da ternura e compaixão de **Deus Pai e Mãe** vivido em *missão inculturada* sob o dinamismo do **Espírito**, e em *presença solidária* entre os pobres, no seguimento de **Jesus Cristo** para a transformação social, em vista do Reino

Linhas inspiradoras:

- 1) Espiritualidade integradora de diversas dimensões da vida e geradora de compromisso;
- 2) Experiência de discipulado no processo formativo;
- 3) Diálogo com os diferentes sujeitos culturais;
- 4) Inculturação do ser e da missão da Vida Religiosa;
- 5) Solidariedade cristã nas questões de gênero, etnia, exclusão e meio ambiente;
- 6) Solidariedade profética e qualificada;
- 7) Vida comunitária personalizada e participativa;
- 8) Juventude e futuro.

Que Maria, Mãe e Companheira, e todas aquelas e aqueles que, sensíveis aos 'sinais dos tempos', nos precederam na caminhada, fortaleçam nosso empenho e criatividade fiel